

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

PEDRO TXAI LEAL BRANCHER

**ESTRUTURA E AGÊNCIA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS:
O Processo de Evolução dos Sistemas Internacionais**

Porto Alegre

2014

PEDRO TXAI LEAL BRANCHER

**ESTRUTURA E AGÊNCIA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS:
O Processo de Evolução dos Sistemas Internacionais**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Marco Aurélio Chaves Cepik.

Porto Alegre

2014

PEDRO TXAI LEAL BRANCHER

ESTRUTURA E AGÊNCIA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS:

O Processo de Evolução dos Sistemas Internacionais

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, _____ de _____ de 2014.

BANCA EXAMINADORA:

Orientador: Prof. Dr. Marco Aurélio Chave Cepik - UFRGS

Prof. Dr. Carlos Schmidt Arturi - UFRGS

Prof. Dr. Érico Esteves Duarte - UFRGS

AGRADECIMENTOS

À República Federativa do Brasil e a todos os professores, técnicos e funcionários da Universidade Federal do Rio Grande do Sul pela oportunidade e pela calorosa acolhida com a qual me receberam.

Ao meu orientador, Marco Aurélio Chaves Cepik, pela amizade, pela confiança, pelas toneladas de ensinamentos, mas especialmente por duas lições fundamentais: i) até mesmo o Cão covarde enfrenta seus desafios com Coragem e ii) nós só fazemos sentido coletivamente.

À Laura Quaglia, Igor Castellano, Thiago Borne, Diego Canabarro, Josiane Sarti, Frederico Bertol e Ana Júlia Possamai, pelo trabalho em equipe, pelas discussões e pelos comentários e contribuições inestimáveis para a conclusão desse trabalho.

Aos amigossauros, que compartilharam comigo as angustias da graduação e as tornaram todas mais fáceis, mais leves e mais divertidas de se enfrentar

Ao exército de dindos e dindas espalhados pelo Brasil, por estarem sempre à postos para socorrer um afilhado em apuros.

A todos os amigos que compartilharam comigo glórias e derrotas nas quadras de futebol, em especial Renan Tavares e Thiago Schimitt.

Às famílias Kaufman e Santana, por concederem os dois melhores irmãos que um filho único poderia encontrar.

À Merli e Dora, mãe e dinda, dinda e mãe, por demonstrarem para mim e para o mundo como nenhuma regra, nenhum preconceito e nenhuma tradição importa quando há amor.

Por fim, agradeço ao tempo, por estar tornando, a cada dia que passa, mais alegre e vivo o som do meu estribilho.

*“És um senhor tão bonito
Quanto a cara do meu filho
Tempo, tempo, tempo, tempo
Vou te fazer um pedido
Tempo, tempo, tempo, tempo*

*Compositor de destinos
Tambor de todos os ritmos
Tempo, tempo, tempo, tempo
Entro num acordo contigo
Tempo, tempo, tempo, tempo*

*Por seres tão inventivo
E pareceres contínuo
Tempo, tempo, tempo, tempo
És um dos deuses mais lindos
Tempo, tempo, tempo, tempo*

*Que sejas ainda mais vivo
No som do meu estribilho
Tempo, tempo, tempo, tempo
Ouve bem o que te digo
Tempo, tempo, tempo, tempo”*

(Caetano Veloso, *Oração ao Tempo*, in *Cinema Transcendental*, 1979)

RESUMO

Esse trabalho trata dos mecanismos causais da interação entre a estrutura dos sistemas internacionais e suas unidades constituintes. Pergunta-se: quais são os mecanismos causais presentes no processo de evolução histórica dos sistemas internacionais? Assim, a partir da revisão crítica da literatura da teoria neorrealista das relações internacionais e da sociologia histórica, estabelece-se um modelo lógico dos mecanismos causais que permeiam a relação entre estrutura e agência nas Relações Internacionais. O argumento é o de que a relação entre a estrutura dos sistemas internacionais e suas unidades constituintes caracteriza-se por um processo de causalidade bidirecional e coevolução. O **mecanismo causal** envolve um ciclo de retroalimentação entre os incentivos e a socialização derivados do caráter competitivo da política internacional, que força os estados a construírem instituições para garantirem sua sobrevivência, enquanto o resultado da continuada interação estratégica entre as unidades causa alterações na própria estrutura dos sistemas internacionais. Desse modo, considera-se que a evolução dinâmica dos sistemas internacionais deve ser analisada a partir dos processos que ocorrem tanto no nível da estrutura quanto no nível das unidades.

Palavras-chave: Sistema Internacional. Teoria de Relações Internacionais. Sociologia Histórica. Unidade. Estrutura.

Abstract

This paper analyses the casual mechanisms of the interaction between the structure of the international systems and its constituent units. The research question is what are the casual mechanism that are present in the international system's process of historical evolution? Thus, from a critical review of the neorealist theory of international relations and historical sociology literature, we establish a logical model of the causal mechanisms that underlie the relationship between structure and agency in international relations. The argument is that a process of bidirectional causality and coevolution characterizes the relationship between the structure of international systems and their constituent units. The causal mechanism involves a feedback loop between incentives and socialization derived from the competitive nature of international politics, which forces states to build institutions to ensure their survival while the result of continued strategic interaction between the units cause changes in the structure of international systems. Therefore, it is considered that the dynamic evolution of international systems should be analyzed from the processes that occur both in the level of structure and in the level of units.

Keywords: International System. Structure. Unit. Theory of International Relations. Historical Sociology.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Modelo da relação de causalidade bidirecional entre estrutura e agente nas Relações Internacionais.....	3
Figura 2 - Modelo da relação de causalidade bidirecional entre estrutura e agente nas Relações Internacionais, intermediado pelos mecanismos causais.....	7
Figura 3 - Grau de influência das unidades sobre as características estruturais do sistema internacional	17
Figura 4 - Modelo do processo de evolução das unidades	39
Figura 5 - Modelo atualizado da relação de causalidade bidirecional entre estrutura e agente nas Relações Internacionais	40
Figura 6 - Modelo da relação de causalidade bidirecional entre estrutura e agente na constituição do Estado Moderno europeu.....	48
Figura 7 - Evolução do número de Estados membros na ONU desde 1945	54
Figura 9 - Índice de Fragilidade Estatal.....	58

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Produção de ferro e aço entre 1820 e 1910 (por mil toneladas)	51
Gráfico 2 - Consumo de energia primária entre 1820 e 1910 (por toneladas de carvão).....	51
Gráfico 3 - Golpes de estado bem sucedidos entre 1945-2002	57

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Frequência de diferentes polaridades sistêmicas (em décadas).....	19
Tabela 2 - Lógica da dominação e lógica do balanceamento	24

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
1. ESTRUTURA, AGÊNCIA E A EVOLUÇÃO DOS SISTEMAS INTERNACIONAIS	11
1.1 O papel dos agentes na determinação da estrutura dos sistemas internacionais	11
1.2 A dinâmica estrutural: constrangimentos, oportunidades e estratégias	17
1.3. Equilíbrio, instituições, guerra e a mudança internacional.....	25
2. AGÊNCIA, ESTRUTURA E A EVOLUÇÃO DAS UNIDADES NO SISTEMA INTERNACIONAL	32
2.1 Competividade do sistema internacional, poder e a evolução das unidades	32
2.2 Guerra e a Formação do Estado Moderno Europeu	41
2.3 A consolidação e a expansão global do Estado Moderno	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
REFERÊNCIAS	65

INTRODUÇÃO

Todo esforço de se teorizar no campo das Relações Internacionais precisa oferecer ou incorporar algum pressuposto que responda às seguintes questões ontológicas: quais são os elementos que compõe as relações internacionais e quais são seus atributos essenciais? Há divergências entre as escolas teóricas de relações internacionais acerca de quais são as entidades relevantes para a realidade internacional e identificar suas características fundamentais. A conceitualização desses elementos produz consequências tanto no escopo dos problemas de pesquisa, quanto sobre métodos que o pesquisador utiliza para resolvê-los. Desse modo, esse trabalho visa contribuir para o debate ao tratar da ontologia dos sistemas internacionais e de seus processos de evolução.

De fato, perguntas de natureza ontológica não são uma exclusividade das Relações Internacionais, mas sim basilares a qualquer análise científica. Pressupostos ontológicos acerca do que é a realidade e qual a natureza das suas entidades constituintes precedem logicamente escolhas epistemológicas e metodológicas e, portanto, não devem negligenciados pelos cientistas. Conforme sintetizou Colin Hay (2006, p. 84, tradução nossa):

Nós não podemos saber o que somos capazes de conhecer (epistemologia) até que tenhamos definido (uma série de pressupostos sobre) a natureza e o contexto no qual esse conhecimento deve ser adquirido (ontologia). De mesmo modo, nós não podemos decidir sobre estratégias apropriadas de se interrogar processos políticos (metodologia) até que tenhamos definido os limites da nossa capacidade de conhecer tais processos (epistemologia) e, de fato, a natureza desses próprios processos¹.

Nas Ciências Sociais, um tema ontológico primordial consiste na dicotomia entre priorizar analiticamente o indivíduo ou o todo social, ou seja, os agentes ou as estruturas. (WENDT, 1987; ARCHER, 2003; BHASKAR, 2008; OLIVEIRA, 2011). Alexander Wendt (1987, p. 337) considera que esse dilema emerge a partir da constatação de dois aspectos da vida social: i) seres humanos e suas organizações são atores propositais, cujas ações ajudam a reproduzir e a transformar a sociedade na qual vivem; ii) a sociedade é formada por relações sociais, as quais estruturam a interação entre esses atores propositais.

¹ No original: *We cannot know what we are capable of knowing (epistemology) until such time as we have settled on (a set of assumptions about) the nature of the context in which that knowledge must be acquired (ontology). Similarly, we cannot decide upon an appropriate set of strategies for interrogating political processes (methodology) until we have settled upon the limits of our capacity to acquire knowledge of such processes (epistemology) and, indeed, the nature of such processes themselves (ontology).*

No âmbito das Relações Internacionais, há relativo consenso teórico acerca da existência de sistemas internacionais compostos por uma estrutura que influencia no processo de interação entre as unidades. Apesar disso, as divergências ontológicas na literatura em relação às características da estrutura dos sistemas, sua relevância para o comportamento dos agentes e a definição acerca de como ela interage com suas unidades são pontos fundamentais para a distinção de diferentes escolas teóricas. Conforme salienta Alexander Wendt (1992, p. 423, tradução nossa, grifo nosso):

Todas as teorias de Relações Internacionais são baseadas em teorias sociais sobre a relação entre agente, processo e estrutura social. Teorias sociais não determinam o conteúdo da nossa teorização, mas estruturam nossas questões sobre a política mundial e nossas abordagens para responder essas questões. O ponto substantivo em questão nos debates sobre teoria social é qual tipo de fundamento oferece as perguntas e as estratégias de pesquisa mais promissoras para explicar as mudanças revolucionárias que parecem estar ocorrendo no sistema internacional do final do Século XX².

Buzan, Jones e Little (1993, p. 61, tradução nossa) argumentam que “a tarefa de resolver o problema agente-estrutura é complicada no nível internacional, pois o agente não é um indivíduo, mas uma instituição”³. Em outras palavras, qualquer corrente teórica precisa lidar com o fato de que as unidades constituintes do sistema internacional – sejam elas o Estado Moderno, os impérios, empresas transnacionais ou classes sociais – são grupos sociais possuidores de dinâmicas internas próprias. Desse modo, a pesquisa no campo das Relações Internacionais não só precisa enfrentar a dicotomia entre se priorizar estrutura ou agente, mas também considerar os elementos domésticos que formam e influenciam o comportamento dos próprios agentes. Kenneth Waltz, ao estabelecer a distinção entre os três níveis de análise (sistema, unidades e indivíduos) nas explicações para as causas da guerra, sintetiza o problema:

Os homens fazem os Estados, e os Estados fazem os homens, mas essa concepção ainda padece de limitações. Deve-se buscar umnexo mais abrangente de causas, dado que os Estados são moldados pelo ambiente internacional assim como os homens são moldados pelos ambientes nacional e internacional (WALTZ, 2004, p. 284).

Sendo assim, o trabalho que se segue possui como objeto de estudo a controvérsia teórica acerca do processo de evolução dos sistemas internacionais e de suas unidades

² No original: *All theories of international relations are based on social theories of the relationship between agency, process, and social structure. Social theories do not determine the content of our international theorizing, but they do structure the questions we ask about world politics and our approaches to answering those questions. The substantive issue at stake in debates about social theory is what kind of foundation offers the most fruitful set of questions and research strategies for explaining the revolutionary changes that seem to be occurring in the late twentieth century international system.*

³ No original: *The task of resolving the agent-structure problem is complicated at the international level because the agente is not an individual but an institution*

constituintes. Tomamos como problema de pesquisa a identificação sobre quais são os mecanismos causais presentes no processo de evolução histórica dos sistemas internacionais? Argumenta-se que a relação entre a estrutura dos sistemas internacionais e suas unidades constituintes se configura como uma causalidade bidirecional que, conseqüentemente, gera um padrão de coevolução (JACCARD; JACOBY, 2009, p. 143)⁴. Ou seja:

Agentes e estrutura, isto é, unidades e sistema, são constituídos mutuamente. Apesar de a liberdade dos indivíduos ser constrangida por uma dada estrutura, esse constrangimento não chega ao ponto de tornar o agente determinado pela estrutura. Ao redefinir a natureza de suas interações, indivíduos criam novas estruturas que lhes impõe novos constrangimentos (SPRUYT, 1994, p. 13, tradução nossa)⁵.

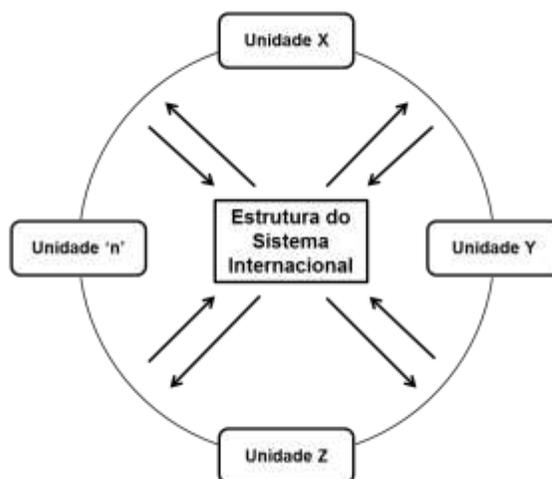
Por um lado, o caráter competitivo da política internacional constrange e incentiva os estados a construírem instituições domésticas que lhes permitam mobilizar recursos internos para enfrentá-la. Tais esforços resultam na formação de distintas estruturas organizacionais que caracterizam as unidades dos sistemas internacionais. Por outro, o resultado da interação estratégica entre os agentes causa alterações na própria estrutura dos sistemas internacionais. Conforme salienta Waltz (1997, p. 914, tradução nossa, grifo original), “a causalidade segue das estruturas para os estados e dos estados para as estruturas”⁶. A Figura 1 ilustra o argumento.

Figura 1 - Modelo da relação de causalidade bidirecional entre estrutura e agente nas Relações Internacionais

⁴ James Jaccard e Jacob Jacoby (2009, p. 143) consideram que uma relação causalidade direta é aquela na qual a independente variável possui impacto causal direto sobre a variável dependente. Por sua vez, na causalidade bidirecional, ambas as variáveis se influenciam.

⁵ No original: *Agents and structure, that is, units and system, are mutually constitutive. Although the freedom of the individual is constrained by a given structure, this constraint is not such that the agent is determined by that structure. By redefining the nature of their interactions, individuals create a new structure which in turn imposes a new set of constraints.*

⁶ No original: *causation runs from structures to states and from states to structures.*



Fonte: elaboração própria.

Fonte: Waltz, 1997, p. 914. Adaptado pelo autor.

Entendemos que a estrutura nos sistemas internacionais emerge a partir dos processos da interação entre os principais atores da política internacional. Ainda que ela não possa ser discernida empiricamente, sua sistematização teórica nos permite analisar as oportunidades e os constrangimentos impostos pelos resultados das interações estratégicas coletivas sobre o comportamento individual dos agentes. A **estrutura** dos sistemas internacionais é definida em função: 1) da distribuição de poder entre suas unidades constituintes, ou seja, do modo que estão repartidos “os recursos que os agentes empregam ao longo de suas atividades para concluir o que quer fazer”; 2) dos princípios e das instituições que regulam e controlam as interações entre os estados (GIDDENS, 1985, p. 33). Conforme sintetiza Anthony Giddens (2001, p. 35):

Todos os sistemas sociais de qualquer duração envolvem uma mediação institucional de poder. Isso quer dizer que a dominação é expressa nas e pelas instituições que representam as continuidades mais arraigadas de vida social. Mas no contexto de qualquer coletividade, associação ou organização, a dominação é expressa como modo de controle, por onde alguns agentes procuram adquirir e manter o consentimento dos outros.

Por sua vez, definimos como **agentes** as organizações políticas que comandam “meios substanciais de coerção e reclamam uma prioridade permanente sobre todos os outros aplicadores de coerção dentro pelo menos de um território circunscrito” (TILLY, 1996, p. 95). Apesar de estarmos cientes da enorme diversidade de atores no âmbito internacional, nossa definição

decorre do fato de considerarmos a posse de capacidades coercitivas o atributo essencial de poder no sistema internacional. Conceituamos **poder** como “capacidade de intervir em um determinado cenário de eventos de forma a alterá-los” (GIDDENS, 2001, p. 33). Essa conceituação de poder nos permite analisar o processo de evolução histórica nas características organizacionais das unidades que são capazes de influenciar na alteração da estrutura do sistema internacional. Consideramos que tal variação se relaciona diretamente com o contexto social no qual as unidades estão inseridas e com os desafios que a política internacional lhes impõe⁷.

Avaliamos que a dinâmica da interação entre agentes e estrutura não pode ser analisada de maneira determinística, por meio do estabelecimento de leis e padrões gerais e invariáveis de evolução que descontextualizem as especificidades e contingências do processo histórico. Conforme constata Charles Tilly (1985, p. 1596, tradução nossa), “o emprego de modelos invariáveis assume um mundo político no qual estruturas e sequências se repetem continuamente da mesma forma. Esse seria um mundo conveniente para os teóricos; contudo, ele não existe”⁸. Tal afirmação não significa a corroboração do particularismo histórico e do relativismo epistemológico (TILLY, 1985, p. 1601), mas sim a compreensão de que “em todos os processos históricos complexos, tanto no mundo natural, quanto no mundo humano, existem contingências e surpresas que moldam padrões subsequentes de atividades de novas maneiras”⁹ (WONG, 1997 p. 3, tradução nossa).

Desse modo, argumenta-se que a evolução da estrutura e das unidades constituintes dos sistemas internacionais deve ser compreendida como um fenômeno complexo, que depende tanto das escolhas estratégicas dos atores, quanto dos distintos contextos históricos em que se inserem. Ademais, como salienta Victoria Tin-Bor Hui (2005, p. 235, tradução nossa). “a lição que se aprende da história mundial é a de que a política é transformável, a história está em aberto, e as políticas dos estados podem moldar a direção e o processo de transformação”¹⁰. E Celestino

⁷ Estaremos nos referindo a tal definição quando utilizarmos os termos “unidades” ou “estados”. Para referimo-nos especificamente às unidades denominadas Estados Nacionais modernos, utilizaremos o termo Estado – com a letra “e” maiúscula.

⁸ No original: *The employment of invariant models assumes a political world in which whole structures and sequences repeat themselves time after time in essentially the same form. That would be a convenient world for theorists, but it does not exist.*

⁹ No original: *In all complex historical processes of either the natural or human world, there are contingencies and surprises that shape later patterns of activity in new ways.*

¹⁰ No original: *The lesson from world history is that politics is transformable, history is open-ended, and state policies can shape the direction and process of transformation.*

Perez (2014, p. 291, tradução nossa) complementa: “forças oculta, dinâmicas anti-intuitivas e consequências inesperadas permeiam a política e a guerra”¹¹.

Logo, além de demasiada presunção intelectual, seria epistemologicamente contraproducente propormos nesse trabalho uma abordagem teórica que reivindique a capacidade de prever o processo de mudança internacional. Conforme salientou Jon Elster (1989, *apud* PIERSON, 2004, p. 6, tradução nossa), “as ciências sociais estão anos-luz distantes do estágio no qual será possível formular leis gerais como regularidades sobre o comportamento humano”¹². Por conta disso, compartilhamos a concepção waltziana de que as teorias precisam reconhecer a impossibilidade de se abarcar toda a complexidade dos fenômenos sociais. Portanto, a teoria deve sistematizar as relações causais entre os elementos fundamentais que explicam o problema em questão. Nas palavras de Kenneth Waltz (1997, p. 913, tradução nossa):

Eu defino teoria como uma figura mentalmente formada de um âmbito ou domínio delimitado de atividades. A teoria retrata a organização do domínio e as conexões entre as suas partes. Os infinitos materiais de qualquer domínio podem ser organizados de intermináveis diferentes maneiras. A realidade é complexa; a teoria é simples. Como simplificações, teorias representam os elementos essenciais em jogo e indicam as relações necessárias de causa e interdependência ou sugerem onde procurar por elas¹³.

Desse modo, nosso objetivo consiste em estabelecer um modelo lógico dos mecanismos que permeiam a relação entre estrutura e agência nas Relações Internacionais, baseados em análises de causalidade. O conceito de causalidade representa uma heurística de organização analítica que “envolve a identificação de relações entre variáveis, com a ideia de que a variação em uma variável causa a variação em outra” (JACCARD; JACOBY, 2009, p. 137)¹⁴. No âmbito deste trabalho, argumentamos que a relação de causalidade bidirecional entre a estrutura dos sistemas internacionais e suas unidades constituintes, demonstrada na Figura 1, sofre a intervenção de mecanismos causais que atuam como:

“o link ou a conexão em um processo causal. Na relação entre dada variável independente e dada variável dependente, o mecanismo causal aponta variáveis

¹¹ No original: *Hidden forces, counterintuitive dynamics, and unintended consequences permeate politics and war.*

¹² No original: *The social sciences are light years away from the stage at which it will be possible to formulate general-law-like regularities about human behavior.*

¹³ No original: *I define theory as a picture, mentally formed, of a bounded realm or domain of activity. A theory depicts the organization of a realm and the connections among its parts. The infinite materials of any realm can be organized in endlessly different ways. Reality is complex; theory is simple. By simplification, theories lay bare the essential elements in play and indicate necessary relations of cause and interdependency or suggest where to look for them.*

¹⁴ No original: *Involves identifying relationships between variables, with the idea that variation in one variable produces or causes variation in the other variable.*

adicionais, certas vezes chamadas de variáveis intervenientes, que contem *insights* sobre como a variável independente realmente produz o resultado, incluindo a sequência em que isso ocorre” (SEAWRIGHT; COLLIER, 2004, *apud*, VENESSON; WIESNER, 2014, p. 95, tradução nossa)¹⁵.

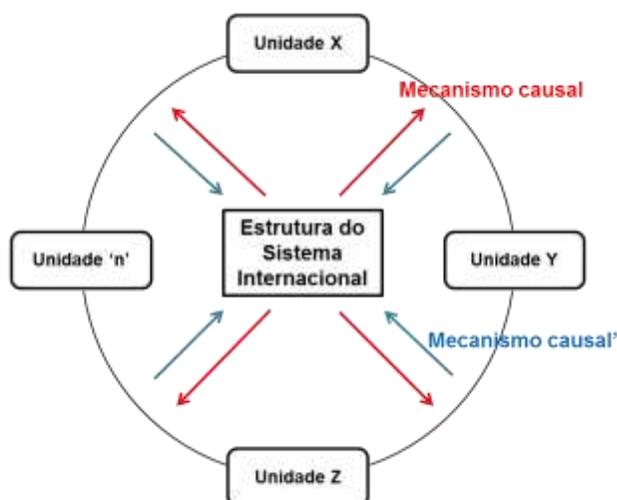
Compreendemos mecanismos causais como as maneiras plausíveis e frequentemente observadas dos eventos que permeiam a relação entre estrutura e agência no âmbito internacional (PIERSON, 2004, p. 6). Epistemologicamente, os mecanismos causais nos permitem teorizar a partir da experiência histórica, pois sua característica distintiva “não é a de que ele pode ser universalmente aplicado para prever ou controlar eventos sociais, mas sim a de que ele incorpora uma cadeia causal suficientemente geral e precisa que nos permite localizá-lo em diferentes cenários”¹⁶ (ELSTER, 1993, *apud*, HUI, 2005, p. 8, tradução nossa).

Na Figura 2, identificamos os mecanismos causais que atuam ao longo dos processos com as flechas. Dessa forma, em primeiro lugar tomamos os sistemas internacionais como variáveis dependentes do resultado da interação entre seus agentes. Logo, os mecanismos causais estabelecidos representarão as variáveis intervenientes pelas quais o nível das unidades influencia nas estruturas dos sistemas. Em seguida analisaremos o caminho inverso. Assumimos os agentes e suas interações como variáveis dependentes, e as estruturas internacionais que moldam seus comportamentos como variáveis independentes. Assim, os mecanismos causais serão as variáveis intervenientes que conectam os efeitos das estruturas dos sistemas internacionais com a evolução de suas unidades.

Figura 2 - Modelo da relação de causalidade bidirecional entre estrutura e agente nas Relações Internacionais, intermediado pelos mecanismos causais

¹⁵ No original: *A link or connection in a casual process. In the relationship between a given independent variable and a given dependent variable, a casual mechanism posits additional variables, sometimes called intervening variables, that yield insight into how the independent variable actually produces the outcome, including the sequence through which this occurs.*

¹⁶ No original: *The distinctive feature of a mechanism is not that it can be universally applied to predict and control social events, but that it embodies a casual chain that is sufficiently general and precise to enable us to locate it in widely different setting*



Fonte: elaboração própria.

Fonte: Waltz, 1997, p. 914. Adaptado pelo autor.

Além dessa introdução, esse trabalho é composto por mais dois capítulos e uma conclusão. O Capítulo 1 trata dos mecanismos causais localizados no processo de evolução das estruturas dos sistemas internacionais. Primeiramente, identificamos como a teoria realista de Kenneth Waltz tratou do papel dos agentes da determinação da estrutura, além de analisar algumas das críticas das escolas construtivista e neoliberal institucionalista a essa abordagem. Em seguida, demonstramos como é falsa a dicotomia entre anarquia e hierarquia como princípios ordenadores dos sistemas internacionais, pois a análise histórica dos sistemas internacionais nos permite identificar a ocorrência de ambas. Desse modo, consideramos que a emergência desses princípios está sujeita aos constrangimentos, oportunidades e escolhas dos agentes, sendo impossível determinar um formato estrutural invariável para os sistemas internacionais. Em terceiro lugar, a partir da teoria de Robert Gilpin (1981), avaliamos como que as transições de sistemas são permeadas por um processo contínuo de equilíbrio e desequilíbrio entre a distribuição de capacidades materiais e as instituições de governança internacional. Por fim, analisamos como as guerras hegemônicas se constituíram historicamente como o principal mecanismo de restauração do equilíbrio e determinação do novo sistema internacional.

Por sua vez, o Capítulo 2, a partir da perspectiva teórica bélico-extrativa, analisa os mecanismos causais envolvidos no processo histórico de evolução das unidades constituintes dos

sistemas internacionais. Em primeiro lugar, avaliamos como a competitividade inerente às estruturas dos sistemas internacionais incentiva as unidades a criarem instituições que lhes permitam extrair e mobilizar os recursos necessários para a sustentação de poder no âmbito externo. Tal processo envolve um mecanismo de barganha entre governantes e governados, que molda as características organizacionais de cada unidade. Além disso, os conflitos entre organizações políticas distintas acabam por selecionar o modelo mais adequado ao contexto histórico, determinando, portanto, a característica da unidade que será predominante no sistema. Em segundo lugar, analisamos o processo histórico de consolidação do Estado Moderno na Europa. Nesse continente, o declínio da ordem feudal e um amplo processo de mudanças tecnológicas pressionaram os governantes a desenvolverem novas formas de controlar e organizar os meios de violência. O resultado da competição entre as distintas unidades que emergiram desse processo resultou no triunfo do Estado Moderno, o qual, posteriormente se expandiria para outros continentes, tornando-se o formato de organização política predominante no sistema internacional global. Por último, demonstramos como a atual estrutura do sistema internacional constringe as trajetórias de construção estatal nos países em desenvolvimento e impede que a experiência europeia seja replicada.

Consideramos que a superação dos desafios com os quais se deparam as sociedades contemporâneas está condicionada pela capacidade da ciência oferecer explicações sobre a realidade, de maneira a permitir-nos trabalhar em prol de alternativas melhores para o futuro. Essa tarefa só pode ser bem sucedida caso reconheçamos os limites de nosso próprio conhecimento e aprendamos a lidar com o que é contingente, incerto, probabilístico e indeterminado – em outras palavras, com o que é complexo. Para tanto, complementando o argumento de Wong (1997), entendemos que História, Sociologia, Relações Internacionais e Estudos Estratégicos devem progredir cientificamente e de maneira integrada.

O desafio de se avançar no conhecimento histórico reside em reduzir o número de suposições teóricas sobre como a mudança deve ocorrer universalmente e expandir o número de proposições historicamente sustentadas que vão ao encontro das nossas explicações sobre a mudança social. O desafio de avançar a teoria social reside em filtrar, a partir das particularidades de diferentes experiências históricas, o que de fato pode ser reivindicado como possuidor de significado geral. O perigo de confrontarmos tamanha diversidade é o de perdermos a convicção na nossa habilidade de criar ordem, descobrir padrões entre as variações e explicar a mudança. No entanto, se falharmos em enfrentar essas possibilidades, diminuiremos nossa capacidade de explicar múltiplos passados. Destituídos dessa competência de expandir nosso conhecimento, poderemos

tornar-nos menos capazes de criar futuros desejáveis (WONG, 1997, p. 294, tradução nossa)¹⁷.

É nesse ponto que este trabalho pretende enquadrar-se, na medida em que busca aprimorar o uso de ferramentas teóricas e metodológicas a estruturar novas pesquisas, distanciadas epistemologicamente de generalizações ahistóricas. Objetiva-se contribuir para o avanço de uma agenda de pesquisa multidisciplinar que se disponha a explicar o desenvolvimento histórico dos estados e dos sistemas internacionais. Ademais, visa também fornecer ferramentas para que os acadêmicos e os tomadores de decisão avancem na compreensão dos processos sociais e, conseqüentemente, na capacidade de prescrição de políticas públicas nos âmbitos doméstico e internacional.

¹⁷ No original: *The challenge of advancing historical knowledge lies in reducing the number of our theoretical assumptions about how change should take place universally and expanding the number of historically supported propositions that go into our explanations of social change. The challenge of advancing social theory lies in shifting through the particular of different historical experiences to discover what fact can claim greater general significance. The danger of confronting so much diversity is that we will lose a belief in our ability to create order, discover patterns of variation amidst variety, and explain change. But if we fail to face the rich range of possibilities, we will diminish our capacities to explain multiple pasts. Lacking such faith to expand our knowledge we may become less able to create desirable futures.*

1. ESTRUTURA, AGÊNCIA E EVOLUÇÃO DOS SISTEMAS INTERNACIONAIS

Esse capítulo trata de analisar os mecanismos que emergem a partir da interação entre os agentes e, conseqüentemente, moldam as estruturas dos sistemas internacionais. Analisaremos essa questão a partir de três controvérsias teóricas recorrentes na literatura de teoria de Relações Internacionais. Em primeiro lugar, avaliamos a importância da formulação do conceito de estrutura para o programa de pesquisa neorrealista e também analisamos brevemente como o construtivismo e o neoliberalismo da interação entre agente e estrutura. Em segundo lugar, trataremos de avançar em uma proposta teórica que perceba não só os constrangimentos, mas também as oportunidades geradas pelas estruturas como parte da evolução dos sistemas internacionais. Por fim, consideramos os mecanismos da mudança internacional propostos na análise de Robert Gilpin (1981).

1.1 O papel dos agentes na determinação da estrutura dos sistemas internacionais

A relevância de Kenneth Waltz é amplamente reconhecida para o campo das Relações Internacionais¹⁸ e se distingue por avançar na direção de uma explicação estrutural ou sistêmica para a política internacional (RUGGIE, 1983; KEOHANE, 1986; PEÑIN, 2009; CEPIK & SCHNEIDER, 2010). Esse avanço tem como marco inicial a sua tese doutoral, na qual ele analisa a natureza das explicações sobre as causas da guerra. Segundo o autor, as causas da guerra poderiam ser identificadas em três níveis de análise distintos: o indivíduo (primeira imagem), o Estado (segunda imagem) e o sistema internacional (terceira imagem), formado a partir da interação entre os Estados (WALTZ, 2004). A partir desse panorama conceitual, Waltz percebe a necessidade da formulação de uma teoria que colocasse a terceira imagem como aspecto central. “É a recusa da plausibilidade causal das duas primeiras imagens e a predominância da terceira

¹⁸ Nas palavras de John Mearsheimer (2006, p. 109, tradução nossa): “Waltz vem sendo o rei do pensamento sobre teoria de Relações Internacionais nos últimos 25 anos. Quase todos nessa área responderam a ele de um jeito ou de outro”. No original: *Waltz has been the king of thought in IR theory for the past 25 years. Almost everyone in that world has been responding to Waltz in one way or another.*

que levarão Waltz a dar os primeiros passos rumo a uma explicação estrutural ou sistêmica do comportamento dos Estados” (CEPIK; SCHNEIDER, 2010, p. 3).

A distinção entre os três níveis norteou os esforços de Kenneth Waltz na construção de uma teoria sistêmica da política internacional em seu livro de 1979, *“Theory of International Politics”*. O autor objetivava desenvolver uma explicação da política internacional que não fosse reducionista, ou seja, que não buscasse explicações sistêmicas no nível das unidades¹⁹. Em outras palavras, Waltz (1986, p. 51, tradução nossa) afirma que “não se podem inferir as condições da política internacional por meio da composição dos estados, nem se pode compreender a política internacional como a soma das políticas exteriores e do comportamento externo dos estados”²⁰. Nessas condições, o autor “passa a definir que para buscar explicações ao nível do sistema internacional, deve-se ter como objeto, conseqüentemente, o próprio sistema internacional” (RODRIGUEZ, 2013, p. 11).

Tomar o sistema internacional como objeto significa atribuir-lhe uma ontologia independente de suas unidades; quer dizer, o todo não pode ser explicado apenas como resultado da soma da interação entre suas partes constituintes. Por conta disso, Waltz (1986, p. 71, tradução nossa, grifo nosso) conceitua que “um sistema é composto de **uma estrutura** e de unidades em interação. A estrutura é um componente geral do sistema que nos permite pensá-lo como um todo”²¹. A estrutura não é algo que pode ser discernido na realidade empírica, ela é uma abstração teórica necessária para que seja possível a compreensão dos efeitos do sistema sobre os atores individuais²² (WALTZ, 1986, p. 72; CEPIK; SCHNEIDER, 2010, p. 4).

O conceito de estrutura é central na explicação waltziana, pois, nas palavras do autor, “uma teoria da política internacional só pode ser bem sucedida se a definição de estruturas

¹⁹ Segundo Waltz (1986, p. 47, tradução nossa), “teorias reducionistas explicam a realidade internacional através de elementos e combinações de elementos localizados nos níveis nacionais e subnacionais. O sistema internacional é concebido como um mero resultado”. No original: *Theories are reductionist or systemic, not according to what they deal with, but according to how they arrange their materials. Reductionist theories explain international outcomes through elements and combinations of elements located at national or subnational levels. The international system is conceived of at all, is taken to be merely an outcome*

²⁰ *One cannot infer the condition of international politics from the internal composition of states, nor can one arrive at an understanding of international politics by summing the foreign policies and the external behavior of states.*

²¹ No original: *a system is composed of a structure and o interacting units. The structure is the system-wide component that makes it possible to think of the system as whole.*

²² Segundo Waltz, (1986, p. 95, tradução nossa), “estrutura é o conceito que torna possível afirmarmos quais os efeitos organizacionais esperados e como as estruturas e as unidades interagem e se afetam”. No original: *“structure is the concept that makes it possible to say what the expected organizational effects are and how structures and units interact and affect each other*

políticas identificar seus efeitos causais e demonstrar como esses efeitos variam na medida em que as estruturas se transformam” (WALTZ, 1986, p 58, tradução nossa)²³. Desse modo, com vistas a atribuir uma definição operacionalizável de estrutura, Waltz considera que devem ser abstraídas as características, os comportamentos e as interações específicas de cada unidade, e considerado apenas o modo em que elas estão arranjadas entre si.

Para definir estrutura é necessário ignorar como as unidades se relacionam uma com as outras (como elas interagem) e se concentrar em como elas se posicionam em relação umas às outras (como elas estão arranjadas). Interações, como eu já insisti, acontecem no nível das unidades. Como as unidades estão dispostas em relação umas às outras não é uma propriedade das unidades. O arranjo das unidades é uma propriedade do sistema (WALTZ, 1986, p. 71, tradução nossa)²⁴.

Waltz considera que, assim como o mercado na teoria econômica, a estrutura do sistema internacional emerge de maneira espontânea a partir da coexistência de unidades com funcionalidades iguais, em um ambiente destituído de uma autoridade ordenadora. Ou seja, dado que o princípio ordenador da política internacional é a anarquia, pois não haveria uma autoridade supraestatal, os estados são constrangidos a assumirem um comportamento de autoajuda e a buscarem a maximização de sua segurança²⁵. Uma vez criada, a estrutura “se converte em uma força que passa a constranger e afetar o comportamento de seus criadores” (PEÑIN, 2009, p. 141, tradução nossa)²⁶.

A característica estrutural que estaria sujeita a variações seria a distribuição das capacidades entre as principais unidades do sistema (WALTZ, 1986, p. 92, JERVIS, 1997, p. 93; ELMAN & ELMAN, 2008, p. 18). Nesse sentido, apesar das capacidades serem um atributo dos agentes, o modo como elas estão distribuídas é uma característica sistêmica denominada

²³ No original: *A theory of international politics can succeed only if political structures are defined in ways that identify their casual effects and show how those effects vary as structures change.*

²⁴ No original: *“to define a structure requires ignoring how unites relate with one another (how they interact) and concentrating on how they stand in relation to one another (how they are arranged or positioned). Interactions, as i have insisted, take place at the level of the units. How units stand in relation to one another, the way they are arranged or positioned is not a property of the units. The arrangement of units is a property of the system.*

²⁵ Leire Moure Peñin (2009) sintetiza o argumento: “Não existe diferenciação funcional entre as unidades, pois a anarquia impõe relações de coordenação entre elas e, conseqüentemente, a igualdade funcional das mesmas. **Na medida em que a anarquia perdure, os Estados continuarão sendo semelhantes** (PEÑIN, 2009, p. 143, tradução nossa, grifo nosso). No original: *No existe diferenciación funcional entre las unidades, puesto que la anarquía impone relaciones de coordinación entre ellas y, consecuentemente, la igualdad funcional de las mismas. En la medida en que la anarquía perdure, los Estados continuarán siendo unidades semejantes.*

²⁶ No original: *se convierte en una fuerza que pasa a constreñir y a afectar el comportamiento de sus creadores.*

*polaridade*²⁷. Mudanças de polaridade alteram as “expectativas sobre como as unidades dos sistemas irão se comportar e sobre os processos que a interação delas produzirá” (WALTZ, 1986, p. 92, tradução nossa)²⁸.

Nesse sentido, a definição de estrutura proposta por Waltz considera baixa a possibilidade das unidades alterarem a lógica do sistema internacional. Apesar do autor considerar que as unidades, “mesmo constrangidas pela estrutura do sistema, podem se comportar da maneira que desejarem”²⁹ (WALTZ, 1986, p. 331, tradução nossa), elas não possuiriam a capacidade de alterar o princípio da anarquia que ordena o sistema. Esse princípio emerge independentemente das intenções das unidades: “nenhum estado tem intenção de participar na formação de uma estrutura na qual ele e os outros serão constrangido”³⁰ (WALTZ, 1986, p. 85, tradução nossa). Isso ocorre pois os “estados são funcionalmente semelhantes (em razão do efeito socializante da anarquia) e, portanto, seus atributos particulares não podem ser incorporados em uma definição da estrutura da política internacional como uma variável independente” (HOBSON, 2000, p. 27, tradução nossa)³¹.

A perspectiva neorrealista foi criticada por autores de diferentes vertentes, em especial a construtivista e a neoliberal institucionalista. Em clara contraposição ao pensamento de Waltz, para teoria construtivista de Alexander Wendt, os agentes poderiam influenciar o conteúdo da anarquia através de suas ações³². Fundamentalmente, a estrutura não surgiria de maneira não intencional e espontânea como propõe o neorrealismo, mas seria uma construção social

²⁷ Por conta disso, o programa de pesquisa neorrealista evoluiu a partir de duas agendas: i) a conceptualização e mensuração de indicadores de poder que identificam os polos do sistema e ii) a análise dos efeitos de diferentes configurações estruturais de poder (unipolaridade, bipolaridade e multipolaridade) sobre o comportamento das unidades (MEARSHEIMER, 2001; POSEN, 2003; WOHLFORTH, 2012; CEPIK, 2013). Em relação ao primeiro ponto, nota-se a necessidade de se estabelecerem indicadores de poder que, além de serem empiricamente operacionalizáveis e manterem certo nível de agregação analítica, captem os elementos da realidade a demonstrar a capacidade das unidades. De fato, a própria definição sobre quais recursos devem ser incluídos em uma definição de poder é extremamente controversa tanto nos Estudos Estratégicos quanto nas Relações Internacionais. Ver Tellis et al. (2000) e Bertol (2013). No que tange à segunda agenda, as controvérsias teóricas consistem em se identificar qual foi a polaridade que emergiu após o fim da Guerra da Fria (unipolaridade ou multipolaridade) e seus respectivos efeitos para a estabilidade do sistema. Ver Waltz (1997, 1999), Diniz (2006), Layne (2012) e Wohlforth (2012).

²⁸ No original: *Change expectations about how the units of the system will behave and about outcomes their interactions will produce.*

²⁹ No original: *Even though constrained by a system's structure, a unit of the system can behave as it pleases.*

³⁰ No original: *No state intends to participate in the formation of a structure by which it and others will be constrained.*

³¹ No original: *states are alike units' (due to the `socialising' effects of anarchy), their particular attributes cannot enter into the definition of the international political structure as an independent (i.e. determining) variable.*

³² Para uma discussão acerca das diferenças ontológicas entre o realismo e o construtivismo, ver Buzan e Little (2000) e Sterling-Folker (2007).

sedimentada em processos intersubjetivos de interação e formação de identidades entre os atores do sistema (McDONALD, 2008, p. 66). Desse modo, sistemas anárquicos não necessariamente formam ambientes competitivos e encorajam comportamentos de autoajuda nos estados. Ou seja, contrariando a afirmação de Waltz de que “autoajuda é necessariamente o princípio de ação em uma ordem anárquica” (WALTZ, 1986, p. 108, tradução nossa), Wendt (1992, p. 407, tradução nossa) afirma que, “se os estados se encontram em um sistema de autoajuda, isso ocorre em razão de suas práticas. Mudança nas práticas transformarão o conhecimento intersubjetivo que constitui o sistema”³³. Portanto, na concepção construtivista, as unidades possuem autonomia para moldarem a estrutura do sistema na qual estão inseridas. De fato, conforme salientou Matt Macdonald (2008, p. 66, tradução nossa):

Através de suas práticas, os estados podem manter ou romper uma cultura de anarquia, tanto validando quanto questionando as bases normativas do próprio sistema internacional. Essa convicção na constituição mútua entre agentes e estruturas e na natureza socialmente construída da política internacional geralmente leva os construtivistas a conclusão de que a mudança é sempre possível³⁴.

Já o neoliberalismo institucional³⁵ considera que as unidades poderiam mitigar os efeitos da anarquia através da criação de regimes e instituições internacionais. Partindo do pressuposto neorrealista de que os sistemas internacionais são compostos por unidades simétricas que objetivam a maximização de segurança, os autores neoliberais sustentam que “em muitos casos e em muitas áreas, os estados podem trabalhar em conjunto para mitigar os efeitos da anarquia, produzir ganhos mútuos e evitar problemas compartilhados” (JERVIS, 2003, p. 283, tradução nossa)³⁶. Nesse sentido, haveria ocasiões na qual o cálculo racional dos atores incentivaria o abandono da tomada de decisões independentes, em favor da tomada de decisão coletiva e da cooperação (STEIN, 1982, p. 316). Nesse contexto, o papel das instituições internacionais seria o de promover as possibilidades de cooperação através do aumento da qualidade e da quantidade de informações e da redução dos custos de transação. Uma vez criados, os regimes e as instituições

³³ No original: *If states find themselves in a self-help system, this is because their practices made it that way. Changing the practices will change the intersubjective knowledge that constitutes the system.*

³⁴ No original: *Through their practices, states can either maintain this culture of anarchy or disrupt it, in turn either validating or questioning the normative basis of the international system itself. This belief in the mutual constitution of agents and structures, and indeed in the socially constructed nature of world politics generally, leads constructivists to conclude that change is always possible.*

³⁵ É importante ressaltar a distinção entre o neoliberalismo institucional como teoria de Relações Internacionais e perspectiva econômica neoliberal.

³⁶ No original: *In many cases and in many areas, states are able to work together to mitigate the effects of anarchy, produce mutual gains, and avoid shared harm.*

internacionais assumiriam relativa autonomia e alterariam os interesses e comportamentos dos estados que os formaram. Portanto, eles não são seriam meros epifenômenos decorrentes das relações de poder, mas sim um componente relevante da estrutura do sistema internacional (KRASNER, 1982)³⁷. Conforme sintetizou Jonh Hobson (2000, p. 102, tradução nossa):

Ao invés de conceituar a anarquia como fixa e imutável, os neoliberais implicitamente a percebem como maleável. Ao aumentar a densidade e a distribuição de informações no nível internacional por meio de instituições internacionais, os estados podem modificar a anarquia para que ela sirva aos seus interesses³⁸.

A luz da análise acima, conclui-se que as tanto o neorealismo, quanto o construtivismo e o neoliberalismo institucional consideram que o conceito de estrutura é um recurso analítico fundamental para a compreensão da política internacional³⁹. Há consenso em se perceber que, embora ela não possua uma representação empírica, a estrutura é o elemento que nos permite avaliar os efeitos que o sistema internacional exerce sobre o comportamento de suas unidades. A controvérsia teórica fundamental entre o neorealismo, o construtivismo e o neoliberalismo institucional reside na possibilidade dos agentes influenciarem nas características dessa estrutura. Na perspectiva de Waltz, o princípio ordenador do sistema é dificilmente alterado, e a polaridade é o único atributo sistêmico variável. Por outro lado, Wendt considera que a anarquia é o que os estados fazem dela, ou seja, ela pode ser transformada a partir de um processo intersubjetivo de criação de identidades. Por sua vez, o neoliberalismo argumenta que, por meio da criação de instituições internacionais, os efeitos competitivos da anarquia poderiam ser amenizados e um ambiente de maior cooperação poderia ser formado. A Figura 3 ilustra o grau de agência presente nas três perspectivas teóricas elencadas.

³⁷ Para um aprofundamento do debate entre neorealistas e neoliberais acerca do papel das instituições sobre o comportamento dos estados, ver Keohane e Martin (1995) e Mearsheimer (1996). Para uma abordagem do realismo neoclássico que concede um papel importante para instituições, ver Schweller e Priess (1997).

³⁸ No original: *Rather than conceptualize anarchy as hard and unchanging, neoliberals implicitly views it as soft and malleable. By enhancing the density and distribution of information at the international level through inter-national institutions, states are able to modify anarchy to suit their interests.*

³⁹ É importante ressaltar que, por adotarmos a perspectiva realista sobre a centralidade dos aspectos coercitivos na política internacional, esse trabalho apenas analisou brevemente as abordagens construtivistas e neoliberais sobre a relação entre agente e estrutura com fins de identificar algumas das lacunas teóricas da abordagem de Waltz. Indica-se como futura agenda de pesquisa uma análise mais detalhada sobre o construtivismo e o neoliberalismo, assim como das contribuições do programa de pesquisa marxista no âmbito das teorias de relações internacionais.

Figura 3 - Grau de influência das unidades sobre as características estruturais do sistema internacional



Fonte: Elaboração própria.

Argumentamos que o modelo de estrutura waltziano nos oferece um arcabouço conceitual consistente para avaliarmos os constrangimentos dos sistemas internacionais sobre suas unidades. No entanto, ele é insuficiente para compreender a evolução dinâmica dessas duas entidades, pois rebaixa a importância dos mecanismos de interação entre agente e estrutura no processo de formação da segunda. Consideramos que é possível suprir essa lacuna analítica a partir de uma perspectiva realista que sustente a centralidade da esfera coercitiva e do caráter conflitivo da política internacional. As duas subseções seguintes avançam nesse sentido, tomando como base teórica a obra de Victoria Tin-Bor Hui (2005) e de Robert Gilpin (1981).

1.2 A dinâmica estrutural: constrangimentos, oportunidades e estratégias

Conforme analisamos na subseção anterior, o realismo estrutural de Kenneth Waltz considera extremamente improvável a ocorrência de variações estruturais no sistema internacional no que tange ao seu princípio ordenador (anarquia) e à funcionalidade de suas unidades constituintes.

Waltz deduz que, enquanto o princípio organizacional da estrutura for a anarquia, o comportamento de autoajuda das unidades resultará em uma tendência a formação de balanças de poder no sistema internacional. Em outras palavras, como não há uma autoridade superior, os estados só podem contar com suas próprias capacidades para a sua sobrevivência. Logo, como a acumulação de poder dentro uma unidade representa o aumento da insegurança para as demais, “um poder não balanceado, quem quer que o detenha, representa um perigo para os outros (WALTZ, 1997, p. 915, tradução nossa). Desse modo, uma concentração excessiva de poder

constrangeria as demais unidades a utilizarem estratégias que visem o reequilíbrio da balança de poder no sistema⁴⁰. Em decorrência da formação de balanças de poder, o autor identifica um alto grau de continuidade dos resultados da política internacional. “A textura da política internacional permanece altamente constante, padrões são recorrentes e eventos se repetem continuamente” (WALTZ, 1986, p. 53, tradução nossa, grifo nosso)⁴¹. Conforme sintetizam Taliaferro, Lobell & Ripsman (2009, p. 18, tradução nossa)⁴².

Waltz criou uma teoria dedutiva para explicar padrões recorrentes de resultados internacionais, nomeadamente, a recorrência de balanças de poder e a ausência de uma hegemonia internacional sustentável ao longo da história. Ele considera uma única variável, a distribuição sistêmica de poder, medida pelo número de grandes potências (ou polaridade). Duas perdições probabilísticas decorrem: 1) balanças de poder tendem a se formar em diferentes sistemas internacionais e 2) estados tendem a emular as práticas bem sucedidas dos outros.

Portando, admitindo-se o pressuposto neorrealista de que “sempre que houver anarquia e atores a buscar sobreviver há a tendência ao equilíbrio de poder” (RODRIGUEZ, 2013, p. 21), devemos esperar que o mecanismo da balança de poder persista “enquanto nenhuma das unidades competidoras seja capaz de converter a anarquia do sistema internacional em hierarquia” (WALTZ, 1986, p. 53). Desse modo, para um sistema estar estável, ele deverá apresentar uma distribuição de poder bipolar ou multipolar, ao passo que configurações unipolares tenderão à instabilidade. Portanto, enquanto houver concentração de poder, “alguns dos estados mais fracos do sistema vão agir para restaurar o sistema de volta para à bi ou multipolaridade⁴³” (WALTZ, 1997, p. 915, tradução nossa). Nessas condições, o processo de balanceamento estará atuando (WOLHFORTH, LITTLE; KAUFMAN, 2007, p. 18).

⁴⁰ Parte das críticas à teoria da balança de poder de Waltz refere-se à incapacidade dela predizer o comportamento específico de uma unidade. Deve-se deixar claro que não compartilhamos dessas críticas, pois consideramos que elas interpretam erroneamente o escopo da teoria proposta por Waltz. A função das teorias é organizar e simplificar a realidade complexa. Logo “como simplificações, teorias revelam os elementos essenciais em jogo e indicam as relações de causa e interdependência necessárias” (WALTZ, 1997, p. 913, tradução nossa). A partir dessa definição, compreendemos que a Teoria da Política Internacional de Waltz é uma abordagem que visa explicações ao nível sistêmico e, desse modo, não pode ser julgada pelo que não se propõe a responder. Para uma resposta a críticas dessa natureza, ver Waltz (1997) e Waltz (1986).

⁴¹ No original: *The texture of international politics remains highly constant, patterns recur, and events repeat themselves endlessly.*

⁴² No original: *Waltz creates a deductive theory to explain recurrent patterns of international outcomes, namely the recurrence of balances of power and the absence of sustained hegemonic international systems across history. He posits a single independent variable, the systemic distribution of power as measured by the number of great powers (or polarity). It makes two probabilistic predictions: (1) across different international systems, balances of power tend to form, and (2) states tend to emulate the successful practices of others.*

⁴³ No original: *Some of the weaker states in the system will act to restore a balance and move the system back to bi- or multipolarity.*

Argumentamos que, apesar da predominância do princípio da anarquia no sistema internacional pós-westfaliano, a comparação da estrutura de diferentes sistemas internacionais ao longo da história indica que a balança de poder não pode ser percebida como um fenômeno nomológico. Em outras palavras, a análise histórica comparativa dos sistemas internacionais sugere que “o que é universal nos sistemas internacionais é uma combinação entre anarquia e hierarquia: sistemas variam na medida em que eles se organizam hierárquica ou anarquicamente” (WOLHFORTH, LITTLE; KAFUMANN, 2007, p. 228, tradução nossa)⁴⁴. A Tabela 1 abaixo demonstra empiricamente o argumento:

Tabela 1 - Frequência de diferentes polaridades sistêmicas (em décadas)

Sistema	Apolar	Multipolar	Bipolar	Unipolar	Hegemônico
Antigo Oriente Médio: 1500-400 AC		60	6	38	6
Leste Asiático: 1025 AC – 1875 DC	5	107.5	35	85	57.5
Sul da Ásia: 400 AC – 1810 DC	17	26	68	73	37
Mediterrâneo Clássico: 400 BC – 390 DC		13	1	18	47
Europa Moderna: 1500-2000 DC.		41	8	1	
Frequência Total	22	247.5	118	215	147.5

Fonte: Wohlforth, Little e Kaufmann (2007, p. 331). Adaptado e traduzido pelo autor.

Ao analisarem quantitativamente a polaridade de distintos sistemas internacionais durante 7.500 anos, Wohlforth, Little e Kaufmann (2007) percebem que o **balanceamento de poder** - multipolaridade ou bipolaridade - foi tão recorrente (365.5 décadas) quanto o **não balanceamento** – unipolaridade e hegemonia – (362.5). Desse modo, os autores concluem que, em relação à estrutura dos sistemas internacionais, “não há uma lei de ferro favorecendo nem a

⁴⁴ No original: *What is universal in international systems, we note, is a mix of anarchy and hierarchy within them: systems vary in the degree to which they are hierarchically rather than anarchically organized.*

balança de poder, nem a hegemonia” (WOLHFORTH, LITTLE; KAFUMAN, 2007, p. 20, tradução nossa).⁴⁵

A partir disso, argumentamos que anarquia e hierarquia não são elementos necessariamente excludentes em um sistema internacional. Concordamos com Liu Feng e Zhang Ruizhuang (2006, p. 133, tradução nossa) na afirmação de que “a evolução do sistema internacional é um processo dinâmico dentro do qual a balança de poder e a hegemonia são duas fases intermitentes de sua evolução”⁴⁶. A compreensão dessa dinâmica só se torna possível se ampliarmos nossa concepção ontológica acerca dos sistemas internacionais e incluirmos processos ocorridos no nível dos agentes na determinação da estrutura. Em outras palavras, compreender “a constituição mútua do sistema e das unidades, tendo em vista a interação entre pressões estruturais e as estratégias dos agentes” (HUI, 2005, p. 23, tradução nossa)⁴⁷. Logo, trata-se de identificar, sob uma perspectiva realista, os mecanismos causais que, em determinados contextos, influenciam o balanceamento e, em outros, a dominação. Por conta disso, nossa análise se distancia da parcimônia teórica característica do neorealismo. Consideramos que tal esforço é necessário na medida em que desejamos uma abordagem não apenas posicional sobre os sistemas internacionais, mas que também vise compreender seus processos evolutivos.

Victoria Tin-bor Hui avança nesse sentido ao se questionar por que o sistema de estados na China evoluiu para um império universal, enquanto na Europa o mecanismo da balança de poder impediu a formação de um estado hegemônico, se ambas as regiões experimentaram semelhantes condições de anarquia – a China durante o período de 656-221 AC e o sistema europeu entre os anos de 1495 e 1815 DC. Para a autora, essa distinção deve ser analisada considerando a política internacional como a interação estratégica entre **buscadores de dominação** e os **alvos da dominação**, na qual ambos “empregam estratégias competitivas e são simultaneamente assistidos e obstruídos por mecanismos causais em competição”⁴⁸ (HUI, 2005, p. 11, tradução nossa). Nessas condições, o sistema internacional é concebido como um ambiente que impõe constrangimentos e oferece oportunidades seja para a **lógica do balanceamento**, seja

⁴⁵ No original: *There is no iron law of history favoring either a balance of power or hegemony.*

⁴⁶ No original: *The evolution of the international system itself is a dynamic process within which balance-of-power and hegemony are two intermittent phases of its evolution.*

⁴⁷ No original: *The mutual constitution of system and states and the interaction of structural pressures and agential strategies.*

⁴⁸ No original: *employ competing strategies and who are simultaneously assisted and obstructed by competing casual mechanisms*

para a **lógica da dominação**. Dessa forma, “quando a política é vista como a interação entre a lógica da dominação e a lógica do balanceamento, tanto a balança de poder, quanto o triunfo da dominação são resultados possíveis” (HUI, 2005, p. 225, tradução nossa)⁴⁹. Segundo essa perspectiva, os efeitos da socialização entre as unidades não são percebidos de maneira determinística, mas sim sujeitos a incertezas decorrentes de variações contextuais e contingências históricas. Nas palavras do próprio Kenneth Waltz (2008, p. 314, tradução nossa):

A política é proeminentemente o reino das consequências não intencionais e inesperadas. A intenção de agir e o seu resultado serão raramente idênticos, pois seus resultados serão afetados pela pessoa ou objeto que sofre a ação e condicionados pelo ambiente em que ocorre⁵⁰.

Nesse contexto, a lógica do balanceamento seria composta por dois mecanismos fundamentais: a formação de balanças de poder e os aumentos nos custos de expansão. O primeiro se refere à já mencionada tendência ao balanceamento, na qual os estados mais fracos contrabalançam a concentração de poder em uma determinada unidade⁵¹. Conforme sintetizou Eugenio Diniz (2007, p. 35, grifo nosso), os estados podem:

Formar alianças com outros Estados que compartilhem, no mínimo, a percepção de uma ameaça comum; nesse sentido, quando falamos do balanceamento através da formação de alianças, falamos de **balanceamento por esforços externos**.

O segundo mecanismo se refere ao fato de que, “todos os líderes enfrentam custos ao tentarem expandir sua autoridade” (HERBST, 2000, p. 23, tradução nossa)⁵². Consequentemente, “na medida em que um estado aumenta seu controle sobre um sistema internacional, em certo ponto, ele começa a se deparar tanto com um aumento nos custos, quanto em uma diminuição retornos de uma futura expansão” (GILPIN, 1981, p. 103, tradução nossa)⁵³. A partir de então, torna-se muito custoso economicamente ao estado sustentar os recursos materiais e humanos necessários para garantir a dominação em lugares afastados de sua base. É com base nessa constatação que se concebe o conceito de *perda do gradiente de força*, que indica o aumento nas

⁴⁹No original: *When politics is seen as strategic interaction between the logic of domination and the logic of balancing, both the balance of power and the triumph of domination are possible outcomes.*

⁵⁰No original: *Politics is preeminently the realm of unintended and unexpected consequences. The intention of the act and its result will seldom be identical because the result will be affected by the person or object acted upon and conditioned by the environment within which occurs.*

⁵¹Esse mecanismo poderia se acelerar em estruturas unipolares na medida em que a potência unipolar utilizar o poder de maneira inconsequente e intervencionista, gerando, desse modo, insegurança nas demais unidades do sistema. Ver Waltz (2000) e Cepik e Schneider (2010).

⁵²No original: *All leaders face costs when trying to expand their writ of authority.*

⁵³No original: *“as a state increases its control over an international system, it begins at some point to encounter both increasing costs of further expansion and diminishing returns of further expansion”.*

dificuldades de se projetar poder militar em regiões geograficamente distantes da base do estado, principalmente através de grandes massas de água (BOULDING, 1962). Jonh Mearsheimer (2001, p. 41, tradução nossa) salienta que essa é principal razão pela qual é “virtualmente impossível para um estado alcançar a hegemonia global”⁵⁴ no sistema interestatal atual. Os grandes oceanos potencializariam esse efeito e serviriam como fortalecedores naturais das capacidades dos estados defensores e mitigadores das capacidades ofensivas dos estados atacantes⁵⁵.

Marinhas estão em grande desvantagem quando realizam operações anfíbias contra forças terrestres poderosas, as quais possuem a possibilidade de repelir os invasores de volta ao mar. O problema básico que as marinhas enfrentam ao conduzir invasões transoceânicas é que existem limites significativos no número de tropas e na quantidade de poder de fogo que uma marinha pode sustentar em operações anfíbias. Assim, é difícil para as marinhas inserir na costa inimiga forças de assalto poderosas o suficiente para superar as tropas defensoras (MEARSHEIMER, 2001, p. 114, tradução nossa).

Por sua vez, os **buscadores de dominação** são incentivados pela estrutura do sistema internacional a utilizarem dois mecanismos coercitivos distintos como forma de enfrentar os constrangimentos impostos pelos mecanismos da lógica de balanceamento: i) estratégias de contrabalanceamento e ii) reformas autofortalecedoras.

O primeiro mecanismo se refere ao emprego de estratégias que tomem proveito do “problema da ação coletiva” no processo de balanceamento externo (formação de alianças) entre as unidades. John Elster (1989) define que, entre unidades que possuem autonomia para escolher se engajar ou não dada atividade, o problema da ação coletiva surge quando há ações em que todos ganham se alguns atuarem em conformidade, embora para cada qual seja melhor não tomar parte. Ou seja, quando as vantagens da não cooperação (enquanto os outros cooperem) sejam superiores - ainda que existam benefícios médios para a cooperação. No sistema internacional, na medida em que não há autoridade superior e é permanente certo grau incerteza acerca das intenções dos outros, os estados se preocupam mais com ganhos relativos do que com ganhos absolutos no âmbito securitário. Dessa forma, estratégias de balanceamento externo serão permeadas por desconfianças e possibilidades de defecção e trapaça entre seus membros, o que

⁵⁴ No original: *it is impossible for any state to achieve global hegemony.*

⁵⁵ Para uma discussão acerca da importância do conceito de *perda do gradiente de força* para a esfera militar contemporânea, ver Webb (2007) e Bertol (2013). Para uma análise do impacto dos limites impostos pela mitigação da capacidade de projeção de poder para a grande estratégia norte-americana, ver Posen (2003) e Boot (2007).

enfraquece seu potencial de enfrentamento em relação ao estado mais forte. Conforme salienta Mearsheimer (2001, p. 157, tradução nossa):

Formar coalizões balanceadoras rapidamente e colocá-las em funcionamento é sempre difícil, pois leva tempo para se coordenarem os esforços de aliados prospectivos ou estados membros, mesmo quando há amplo acordo sobre o que deve ser feito. Estados ameaçados usualmente discordam sobre como as responsabilidades devem ser distribuídas entre os membros da aliança. Afinal, estados são atores egoístas, com poderosos incentivos para minimizar os custos pagos na contenção de um agressor⁵⁶.

Tais dificuldades podem ser exploradas pelos buscadores de dominação a partir do uso de estratégias que desestabilizem a aliança de balanceamento externo. Nesse sentido, as unidades dominantes atuam tanto no sentido de exacerbar as rivalidades internas da aliança, cooptar estados mais fracos e estabelecer situações nas quais possa enfrentá-los separadamente. Não é o objetivo desse trabalho identificar as estratégias e os padrões de comportamento específicos dos estados, mas salientar a possibilidade de medidas que explorem os problemas da ação coletiva, reduzam o ímpeto dos esforços de balanceamento externo e, desse modo, favoreçam projetos de dominação.

O segundo mecanismo coercitivo se relaciona aos movimentos de balanceamento interno (WALTZ, 1979), ou seja, ao fato de que a competitividade do sistema internacional incentiva as unidades a aumentarem os recursos disponíveis e que podem ser convertidos em capacidades materiais. Apesar disso, a competição “não fornece um único guia de melhores práticas sobre como os estados devem organizar seus processos domésticos para maximizar sua probabilidade de sobrevivência” (TALIAFERRO; LOBELL; RIPSAN, 2009, p. 211, tradução nossa),⁵⁷ Os estados são nossas para experimentar, inovar, emular práticas dos outros ou simplesmente não fazer nada (STERLING-FOLKER *apud* TALIAFERRO; LOBELL; RIPSAN, 2009, p. 198). Nesse sentido, Hui conceitua reformas fortalecedoras, que “se referem aos movimentos de balanceamento interno que mobilizam os recursos para a guerra aumentando a capacidade administrativa” (HUI, 2005, p. 228, tradução nossa)⁵⁸. Ou seja, a mobilização de recursos através de reformas que elevem a capacidade extrativa do estado em relação à sociedade,

⁵⁶ No original: *Putting together balancing coalitions quickly and making them function smoothly is often difficult, because it takes time to coordinate the efforts of prospective allies or member states, even when there is wide agreement on what needs to be done. Threatened states usually disagree over how the burdens should be distributed among alliance members. After all, states are self-interested actors with powerful incentives to minimize the costs they pay to contain an aggressor.*

⁵⁷ No original: *competition and socialization effects provide no single guide or set of “best practices” for how states ought to arrange their domestic processes to maximize their probability of survival.*

⁵⁸ No original: *internal balancing moves that mobilize the wherewithal of war by enhancing administrative capacity.*

estabeleça forças armadas permanentes e consolide um aparato burocrático próprio⁵⁹. Por outro lado, há reformas enfraquecedoras, que mobilizam recursos através da contratação de exércitos mercenários, financiamentos internacionais e a venda de cargos públicos. Embora tais medidas possam ser efetivas em campanhas curtas, “elas erodem a autoridade central, distorcem os recursos fiscais e até mesmo prejudicam a capacidade de combate no longo termo”⁶⁰ (HUI, 2005, p. 33, tradução nossa). Logo, buscadores de dominação podem superar a lógica de balanceamento ao utilizar uma combinação de reformas fortalecedoras e estratégias de contrabalanceamento e, desse modo, estabelecer sistemas internacionais altamente hierárquicos. Conforme sintetiza Victoria Tin-Bor Hui (2005, p. 33, tradução nossa):

A política internacional deve ser percebida como um processo de interação estratégica entre buscadores de dominação e alvos da dominação. Buscadores de dominação enfrentam a lógica do balanceamento – balança de poder e o aumento nos custos de expansão. Mas eles podem superar esses constrangimentos perseguindo a lógica da dominação – ou seja, uma grande estratégia agressiva que combine reformas fortalecedoras e estratégia de divisão e conquista⁶¹.

A Tabela 2 sintetiza as duas lógicas.

Tabela 2 - Lógica da dominação e lógica do balanceamento

LÓGICA DO BALANCEAMENTO	LÓGICA DA DOMINAÇÃO
Balança de poder	Estratégias de Contrabalanceamento
Aumento nos custos de expansão	Reformas Fortalecedoras

Fonte: Hui, 2005. Adaptado pelo autor.

Argumentamos que as reformas fortalecedoras e as reformas enfraquecedoras compreendem alternativas estratégicas opostas de mobilização de recursos domésticos para se

⁵⁹

⁶⁰ No original: *They erode central authority, strain fiscal resources, and even damage fighting capability in the long term.*

⁶¹ No original: *Overall, international politics should be seen as processes of strategic interaction between domination-seekers and targets of domination. Domination-seekers do face the logic of balancing – the balance of power and the rising costs of expansion. But they may overcome the constraints by pursuing the logic of domination – or an aggressive grand strategy combining self-strengthening reforms, and divide-and-conquer strategies.*

enfrentar a competição internacional. De mesmo modo, corresponde ao mecanismo que conecta a evolução nas características das unidades com as dinâmicas do sistema internacional,⁶² pois “não é a diferenciação entre o que é externo ou interno a um grupo que produz os padrões de evolução nas atividades sociais humanas, mas sim a interação entre o que é tanto endógeno quanto exógeno em relação ao grupo”⁶³ (STERLING-FOLKER, 2002, p. 87, tradução nossa).

Conceber a política internacional como a interação entre mecanismos e estratégias de balanceamento (lógica do balanceamento) com mecanismos e estratégias de dominação (lógica da dominação) integra agentes e estruturas em uma análise da evolução dos sistemas internacionais. De modo, é possível avaliar não só os constrangimentos impostos pelo sistema, mas também as escolhas estratégicas adotadas pelos atores para superá-los: “é uma perspectiva interativa dos agentes – o que os atores escolhem fazer e o que eles podem fazer – e das estruturas – o que os atores são compelidos a fazer e o que eles não podem fazer”⁶⁴ (HUI, 2005, p. 19, tradução nossa). Nessas condições, as respostas aos constrangimentos e aos incentivos sistêmicos estão sujeitas a variações relacionadas ao perfil do grupo social interno à unidade e ao contexto histórico no qual o estado está inserido. O poder de agência torna tanto as unidades, como a própria estrutura do sistema internacional, entidades variáveis, instáveis e indeterminadas.

1.3. Equilíbrio, instituições, guerra e a mudança internacional

A subseção anterior demonstrou que os sistemas internacionais não só constroem a concentração de poder por meio da lógica do balanceamento, mas também oferecem oportunidades para a expansão através da lógica da dominação. Embora essa abordagem nos permita relacionar as alternativas estratégicas dos agentes com a formação da estrutura do sistema, ela ainda é insuficiente para conceituar os processos de transição de um sistema

⁶² A discussão mais aprofundada sobre como os imperativos sistêmicos influenciam no processo de evolução das unidades será realizada no segundo capítulo desse trabalho. Nesse momento, é importante ressaltar a importância das escolhas estratégicas relativas à mobilização dos recursos internos para a dinâmica da estrutura do sistema internacional.

⁶³ No original: *It is not what is either internal or external to a group that produces patterns to the evolution of human social activities, but rather the interaction of what is both endogenous and exogenous to a group and any series of groups.*

⁶⁴ No original: *is an interactive view of agency – what actors choose to do and what they can do – and structure – what actors are compelled to do and what they cannot do.*

internacional para outro, pois não demonstra os processos pelos quais os sistemas oscilam entre a estabilidade e instabilidade. Nesse sentido, consideramos necessário incorporar elementos da teoria da mudança internacional desenvolvida por Robert Gilpin (1981) em “War & Change in World Politics”.

De acordo com Gilpin (1981), os sistemas sociais seriam compostos por distintas unidades interagindo entre si, sob alguma forma de controle que as regulasse por meio de instituições – sejam elas regras formais ou informais (GILPIN, 1981, p. 26). Assim como Waltz, o autor reconhece que, ao contrário do âmbito doméstico, a política internacional seria marcada pela ausência de uma autoridade central. Contudo, Gilpin argumenta que as grandes potências seriam, sim, capazes de regular a natureza de suas interações e, desse modo, de exercer um controle relativo sob a governança do sistema.

Em todo sistema internacional, os estados e impérios dominantes organizaram e mantiveram a rede de relações políticas e econômicas dentro do sistema e especialmente nas suas respectivas áreas de influência. Tanto individualmente, quanto em interação entre si, os estados que historicamente foram chamados de grandes potências e hoje são conhecidos como superpotências estabeleceram as regras e direitos básicos que influenciam no seu próprio comportamento e no dos estados menores do sistema⁶⁵ (GILPIN, 1981, p. 30, tradução nossa).

O estabelecimento desse controle seria possível em função de dois elementos: i) a distribuição de poder no sistema e ii) a hierarquia de prestígio entre as unidades. O primeiro elemento se refere às capacidades militares e econômicas disponíveis para o hegêmona manter a ordem internacional em seu favor: “a distribuição de poder entre os estados determina quem governa o sistema internacional e quais interesses serão promovidos no funcionamento do sistema”⁶⁶ (GILPIN, 1981, p. 29, tradução nossa). O segundo elemento se relaciona com a credibilidade, frente às demais unidades, isto é, com o poder e a capacidade que uma grande potência possui para exercê-lo: “prestígio é a reputação do poder, e poder militar em particular”⁶⁷ (GILPIN, 1981, p. 31, tradução nossa). O prestígio confere a legitimidade sobre o controle da governança internacional para a unidade dominante. Sua importância advém do fato de que:

⁶⁵ No original: *The dominant states and empires in every international system organize and maintain the network of political, economic, and other relationships within the system and especially in their respective spheres of influence. Both individually and in interaction with one another, those states that historically have been called the great powers and are known today as the superpowers establish and enforce the basic rules and rights that influence their own behavior and that of the lesser states in the system.*

⁶⁶ No original: *the distribution of power among states determines who governs the international system and whose interests are principally promoted by the functioning of the system.*

⁶⁷ No original: *Prestige is the reputation for power, and military power in particular.*

Legitimidade é o que transforma poder em autoridade. Legitimidade é crucial para um sistema político, pois, como Dahl argumentou, 'não só é mais confiável e durável do que a coerção pura, mas também permite aos governantes governarem com menos recursos políticos'. É muito mais efetivo utilizar a autoridade do que a força para exercer comando. Quando mais legitimidade é garantida, menos energia deve ser despendida para justificar o exercício do poder⁶⁸ (DUYVESTYEN, 2005, p. 9, tradução nossa).

Dessa forma, mantendo a centralidade dos aspectos materiais e coercitivos, Gilpin incorpora também elementos subjetivos (credibilidade, legitimidade e percepção) na análise do comportamento das unidades e da dinâmica do sistema. Desse modo, a adoção de uma estratégia de política externa é precedida por um cálculo baseado na percepção dos custos e benefícios envolvidos. Conforme salientou o autor, esse processo envolve necessariamente as dinâmicas políticas internas das unidades, uma vez que a busca por determinado objetivo envolve o possível abandono de outro:

Se é benéfico ou não para um estado tentar mudar o sistema depende obviamente de um grande número de fatores, mas em particular na maneira como o estado (suas elites governantes) percebem os custos relativos e os benefícios de se alterar o sistema. **Logo, apesar de falarmos de custos e benefícios como se eles fossem objetivos e quantificáveis, ambos são extremamente subjetivos e psicológicos por natureza; os benefícios buscados por um grupo e o preço que eles estão dispostos a pagar depende em última instância nos interesses percebidos das elites dominantes e das coalizões na sociedade**⁶⁹ (GILPIN, 1981, p. 51, tradução nossa, grifo nosso).

É importante destacar que o próprio Waltz considerava a importância de aspectos subjetivos no processo de formulação de política externa:

As percepções de um país sobre a política internacional não são inteiramente determinadas por como o mundo é. Suas percepções são também afetadas pelas circunstâncias de seu nascimento e desenvolvimento, pelas suas experiências internas e externas, pela sua filosofia pública e por sua ideologia nacional⁷⁰ (WALTZ, 2003, p. 310, tradução nossa).

A partir desses dois elementos (a distribuição de poder e a hierarquia de prestígio), Gilpin argumenta que os sistemas internacionais estariam em um constante processo de mudança, que oscilaria entre o equilíbrio e o desequilíbrio. Por um lado, o equilíbrio ocorreria no momento

⁶⁹ No original: *Whether or not it is profitable for a state to attempt to change the system is obviously dependent on a large number of factors, in particular on the way in which the state (more properly, its ruling elite) perceives the relative costs and benefits involved in changing the system. Thus, although one speaks of costs and benefits as if they were objective and quantifiable, both are highly subjective and psychological in nature; the benefits sought by a group and the price it is willing to pay depend ultimately on the perceived interests of the ruling elites and coalitions in a society.*

⁷⁰ No original: *A country's perceptions of international politics are not determined entirely by what the world is like. Its perceptions are also affected by the circumstances of its birth and development, by its experiences at home and abroad, by its public philosophy and national ideology.*

em que houvesse convergência entre a distribuição de capacidades materiais e a percepção dos demais estados acerca da habilidade e da disposição do estado mais forte para exercer esse poder. Em outras palavras, na medida em que as instituições de governança internacional refletirem os interesses da unidade reconhecidamente mais poderosa, nenhum estado crerá na viabilidade de desafiar a ordem estabelecida.

Por sua vez, o desequilíbrio sistêmico ocorreria no momento em que ocorresse uma discrepância entre a distribuição de poder e os estados que estão sendo beneficiados pelo modo como as interações estão sendo reguladas. Ou seja, “entre a governança em vigor do sistema e a distribuição de poder no sistema”⁷¹ (GILPIN, 1986, p. 186, tradução nossa). Tal fato tende a ocorrer quando os custos para governar o sistema aumentam mais rapidamente do que a sociedade do estado predominante pode sustentar. Nesse momento, o poder da unidade dominante diminuirá em relação às demais, ocasionando a emergência de estados “revisonistas”, que acreditam que os benefícios de se alterar a forma de controle do sistema excedem os custos do enfrentamento com a potência dominante. “O significado crítico do crescimento diferencial de poder entre os estados é que ele altera os custos de se mudar o sistema internacional e, portanto, os incentivos para mudá-lo”⁷² (GILPIN, 1981, p. 95, tradução nossa). A partir de então, o que estará em disputa é a legitimidade dos arranjos institucionais de governança, que definem a ordem internacional estabelecida (SCHWELLER; PRIESS, 1997, p. 11). Conforme sintetizam Randall L. Schweller e David Priess (1997, p. 13, tradução nossa):

Quando as forças que defendem o *status quo* são mais fortes que os estados insatisfeitos, o sistema permanecerá estável. Essa situação é mais provável de ocorrer imediatamente após uma guerra entre grandes potências que tem fim com uma vitória decisiva para uma das partes. Em contraste, quando o estado revisionista ou a coalizão é mais forte que as forças defensoras do *status quo*, o sistema eventualmente passa por transformações. E as instituições servem para estender a rede da ordem estabelecida, criada pelo estado ou pela coalizão mais forte⁷³.

Portanto, são as variações na distribuição das capacidades materiais e na hierarquia de prestígio no sistema internacional que causam o surgimento de estados revisionista e,

⁷¹ No original: *the existing governance of the system and the redistribution of power in the system.*

⁷² No original: *The critical significance of the differential growth of power among states is that it alters the cost of changing the international system and therefore the incentives for changing the international system.*

⁷³ No original: *When the forces defending the status quo are stronger than the dissatisfied state(s), the system is stable. This situation is most likely in the immediate aftermath of a major-power war that ends in decisive victory for one party. In contrast, when the revisionist state or coalition is stronger than the forces defending the status quo, the system eventually undergoes transformation. Institutions serve to widen the web of the established order as created by the most powerful, status quo state or coalition.*

consequentemente, a instabilidade dos mecanismos internacionais de governança. Dessa forma, o desequilíbrio no sistema pode ser motivado tanto por mudanças em fatores estruturais (distribuição de poder e hierarquia de prestígio), quanto por elementos agenciais (emergência de estados com interesses e estratégias revisionistas)⁷⁴.

Gilpin observa ainda que, na medida em que a diferença relativa de capacidade entre a potência ascendente e a declinante diminui, os estados revisionistas tendem a exigir mudanças cada vez mais profundas na ordem internacional. Ou seja, o processo de desequilíbrio produz uma lógica dual, na qual a discrepância entre a distribuição das capacidades e a ordem do sistema “criam **desafios** para os estados dominantes e **oportunidades** para os estados emergentes do sistema”⁷⁵ (GILPIN, 1981, p. 186, tradução nossa, grifo no original). Esse processo gera uma espiral de instabilidade na medida em que:

Grandes desenvolvimentos econômicos, tecnológicos e militares podem ocorrer em conjunturas críticas, desenvolvimentos que indiquem ganhos ou perdas significativas para um ou outro ator. Caso esses ganhos não possam ser realizados dentro da estrutura do sistema, estados podem acreditar que seus interesses podem ser alcançados apenas através de mudanças mais profundas no sistema internacional⁷⁶ (GILPIN, 1981, p. 46, tradução nossa).

Dessa forma, a amplitude da mudança internacional é função da extensão do processo necessário para o retorno ao estado de equilíbrio do sistema. Embora Gilpin argumente que esse retorno pode ocorrer de maneira pacífica por meio de acomodações e concessões entre a potência declinante e a ascendente, as guerras hegemônicas entre a unidade ascendente e a declinante têm sido o mecanismo central a definir o direcionamento da evolução do sistema internacional: “ao longo da história, o principal meio de se resolver o desequilíbrio entre a estrutura do sistema internacional e a redistribuição de poder foi a guerra, mais particularmente o que chamamos de guerra hegemônica”⁷⁷ (GILPIN, 1981, p. 197, tradução nossa).

⁷⁴ É importante ressaltar que, na perspectiva de Gilpin, para um sistema estar equilibrado, o balanceamento do poder não é uma condição necessária. De fato, o autor identifica três configurações de equilíbrio recorrentes na história: a imperial ou hegemônica, na qual um único ator domina a governança do sistema; a bipolar, onde dois atores regulam as interações de suas respectivas esferas de influência, e a balança de poder, em que três ou mais estados são predominantes (GILPIN, 1981, p. 29).

⁷⁵ No original: *creates **challenges** for the dominant states and **opportunities** for the rising state of the system.*

⁷⁶No original: *Major economic, technological, or military developments may occur at critical junctures, developments that promise significant gains or losses to one or another actor. If these gains cannot be realized in the framework of the existing system, states may believe that their interests can be served only by more sweeping and more profound changes in international system.*

⁷⁷ No original: *Throughout history the primary means of resolving, the disequilibrium between the structure of the international system and the redistribution of power has been war, more particularly, what we shall call a hegemonic war.*

Em função de seu caráter primordial para a definição da sobrevivência das unidades no sistema internacional, a guerra hegemônica – entendida desde a mobilização dos recursos domésticos necessários para enfrentá-la, até as consequências da sua deflagração – catalisa os processos de mudança na política internacional. A iminência do conflito incentiva a aceleração do desenvolvimento das forças militares dos estados o que afeta a distribuição de poder no sistema. O resultado da guerra diminui a distância entre a polaridade e a hierarquia de prestígio, determina quais interesses serão priorizados no arcabouço da nova governança internacional e, em casos extremos, elimina ou transforma a natureza de determinadas unidades derrotadas. Gilpin sintetiza a importância das guerras hegemônicas para a evolução dos sistemas internacionais:

Todo sistema internacional que o mundo conheceu foi consequência dos realinhamentos territoriais, econômicos e diplomáticos que resultaram de tais conflitos hegemônicos. **A consequência mais importante da guerra hegemônica é que ela altera o sistema de acordo com a nova distribuição de poder internacional; ela reorganiza os componentes básicos do sistema. Vitória ou derrota reestabelecem uma hierarquia de prestígio não ambígua, congruente com a nova distribuição de poder.** A guerra determina quem governa o sistema internacional e quais interesses serão primeiramente servidos pela nova ordem internacional. A guerra leva a uma redistribuição do território entre os estados no sistema, um novo conjunto de regras, uma divisão do trabalho revisada e etc. Como consequência dessas mudanças, uma ordem internacional relativamente mais estável e uma governança efetiva sobre o sistema internacional são criadas, com bases nas novas realidades da distribuição de poder internacional. Em resumo, guerras hegemônicas estão sendo (infelizmente) partes funcionais e integrais da evolução e dinâmicas do sistema internacional⁷⁸ (GILPIN, 1981, p. 198, tradução nossa, grifo nosso).

Nota-se, portanto, que as estruturas dos sistemas internacionais – compreendidas como a distribuição de poder entre as unidades e o arcabouço institucional que regula de maneira relativa a interação dos atores em um ambiente anárquico – apresentam um processo dinâmico de evolução, que oscila entre o equilíbrio e o desequilíbrio. Nesse sentido, a guerra hegemônica é deflagrada a partir do momento em que a contradição fundamental que desequilibra o sistema

⁷⁸ No original: *Every international system that the world has known has been a consequence of the territorial, economic, and diplomatic realignments that have followed such hegemonic struggles. The most important consequence of a hegemonic war is that it changes the system in accordance with the new international distribution of power; it brings about a reordering of the basic components of the system. Victory and defeat reestablish an unambiguous hierarchy of prestige congruent with the new distribution of power in the system. The war determines who will govern the international system and whose interests will be primarily served by the new international order. The war leads to a redistribution of territory among the states in the system, a new set of rules of the system, a revised international division of labor, etc. As a consequence of these changes, a relatively more stable international order and effective governance of the international system are created based on the new realities of the international distribution of power. In short, hegemonic wars have (unfortunately) been functional and integral parts of the evolution and dynamics of international systems.*

(descompasso entre a distribuição de capacidades militares e governança institucional) atinge um ponto crítico insustentável. Após a guerra, o equilíbrio se restaura e uma estrutura distinta é formada.

Nesse contexto, não há como se definir *a priori* as características estruturais do novo sistema internacional, pois o resultado é “dependente, pelo menos em parte, do que os indivíduos decidem fazer”⁷⁹ (GILPIN, 1981, p. 46, tradução nossa). Dessa forma, caso os vencedores da guerra hegemônica sejam os buscadores de dominação, o sistema formado tenderá a ser unipolar ou hegemônico e apresentará um grau de controle maior sobre os processos de interação entre as demais unidades. Por outro lado, caso os buscadores de balanceamento saiam vitoriosos, a distribuição de poder deverá se equilibrar, e configurações multipolares ou bipolares deverão ser formadas. Sendo assim, os sistemas internacionais se transformam em função do resultado do embate entre as estratégias que os agentes utilizam para sobreviver na política internacional.

A partir da perspectiva teórica estrutural do neorealismo waltziano, da concepção de Hui (2005) acerca da política internacional como a interação entre mecanismos e estratégias concorrentes e do modelo de oscilação sistêmica entre equilíbrio e desequilíbrio de Gilpin (1981), esse capítulo demonstrou a dinâmica evolutiva da estrutura dos sistemas internacionais. Desse modo, ainda carecemos de elementos para explicar os mecanismos que geram a evolução das unidades dos sistemas internacionais. É sobre esse processo que o próximo capítulo se debruçará.

⁷⁹ No original: *The answer is dependent, at least in part on what individuals choose to do.*

2. AGÊNCIA, ESTRUTURA E A EVOLUÇÃO DAS UNIDADES NO SISTEMA INTERNACIONAL

No capítulo anterior, buscamos mostrar que os sistemas internacionais são ambientes competitivos de interação entre unidades com capacidades distintas, e suas estruturas são formadas a partir dos resultados do embate entre as estratégias adotadas pelos atores para enfrentá-la. Por sua vez, o presente capítulo procura apresentar os mecanismos que geram a evolução dos grupos sociais que representam as unidades do sistema internacional. Em um primeiro momento, demonstraremos como a competitividade estrutural incentiva as unidades a criarem instituições domésticas que lhes permitam mobilizar os recursos materiais e garantir a sustentação de poder no sistema internacional. Em segundo lugar, analisaremos como esse processo teve lugar no continente europeu, com a desintegração do sistema feudal e o triunfo do Estado Moderno como unidade predominante. Por fim, avaliaremos como a atual estrutura do sistema internacional global constrange a trajetória de construção estatal dos países em desenvolvimento nos dias de hoje.

2.1 Competitividade do sistema internacional, poder e a evolução das unidades

Como demonstramos no capítulo anterior, Waltz avalia que as unidades podem responder a pressões sistêmicas através de estratégias de balanceamento interno que lhes incrementem os recursos materiais disponíveis para competir na política internacional. Por sua vez, Hui avalia que, quando tais estratégias são perseguidas por meio de reformas fortalecedoras, as instituições domésticas tendem a se consolidar. Nessas condições, “movimentos de balanceamento interno e o processo de formação dos estados se constituem mutuamente através de reformas fortalecedoras”⁸⁰ (HUI, 2005, p. 31, tradução nossa).

As organizações políticas desenvolvem estratégias adaptativas em resposta aos desafios com que se deparam e aos interesses que defendem. No centro desses desafios está a luta pela sobrevivência em um ambiente internacional, no qual não há uma autoridade absoluta, mas

⁸⁰ No original: *Internal balancing moves and state formation processes are mutually constituted through self-strengthening reforms*

apenas, em determinadas ocasiões, um controle relativo das interações por parte da potência dominante. Para tanto, os governantes precisam pôr em operação mecanismos para mobilizar os recursos necessários ao desenvolvimento e à sustentação do poder no âmbito internacional externo. Taliaferro, Lobell e Ripsman (2009) sintetizam o argumento:

Por um lado, os estados precisam responder ao ambiente externo, mas, do outro, eles precisam extrair e mobilizar recursos da sociedade, trabalhar através das instituições domésticas existentes e manter o suporte dos principais *stakeholders*. No longo prazo, contudo, regimes ou líderes que sistematicamente falham em responder aos incentivos sistêmicos colocam a sobrevivência de seu estado em risco. Desse modo, **enquanto o sistema internacional socializa os estados a responderem apropriadamente aos constrangimentos ao longo do tempo, como argumenta Waltz, ele não pode explicar sozinho as escolhas políticas de curto prazo dos estados, as quais causam dramáticas consequências tanto para a segurança nacional, quanto para a estrutura do sistema internacional**⁸¹ (TALIAFERRO; LOBELL; RIPSMAN, 2009, p. 8, tradução nossa, grifo nosso).

Naturalmente, as características internas de um estado influenciam em sua capacidade de criar, sustentar e aplicar o poder material – principalmente o poder militar –, necessário para responder aos constrangimentos da estrutura do sistema internacional. Mearsheimer (2001) argumenta que os estados possuem dois tipos de poder distintos: o poder latente e o poder militar efetivo. O primeiro se refere aos “ingredientes socioeconômicos utilizados na construção do poder militar e são baseados fundamentalmente na riqueza e no tamanho da população do estado”⁸² (MEARSHEIMER, 2001, p. 55, tradução nossa). Por sua vez, o poder militar está baseado no tamanho de suas forças armadas (especialmente do exército) em relação a dos estados rivais (MEARSHEIMER, 2001, p. 56).

Apesar do modelo de Mearsheimer apontar aspectos importantes para se comparar capacidades no sistema internacional, a utilização de indicadores agregados para caracterizar a polaridade resulta em uma lacuna explicativa em relação aos processos de conversão de poder potencial em poder militar⁸³. Tellis et al. (2000) propõe que desagreguemos o poder de um estado

⁸¹ No original: *On the one hand, the states must respond to the external environment, but, on the other, they must extract and mobilize resources from domestic society, work through existing domestic institutions, and maintain the support of key stakeholders. Over the long run, however, regimes or leaders who consistently fail to respond to systemic incentives put their state's very survival at risk. Thus, while the international system may socialize states to respond properly to its constraints over time, as Waltz contends, it cannot alone explain the shorter-term policy choices that states make, which can have dramatic consequences for both national security and the structure of the international system.*

⁸² No original: *Latent power refers to the socio-economic ingredients that go into building military power; it is largely based on a state's wealth and the overall size of its population*

⁸³ A utilização de indicadores agregados não representa necessariamente uma fraqueza no modelo teórico de Mearsheimer. A maior ou menor parcimônia na escolha do número de variáveis explicativas deve ser avaliada em função do problema de pesquisa que o autor se propõe a analisar.

em três categorias: recursos nacionais, performance nacional e capacidades militares. O conceito de recursos naturais se refere “aos recursos que um país precisa possuir se ele almeja desenvolver capacidade que o permitam produzir uma força militar efetiva”⁸⁴ (TELLIS et al., 2000, p. xiv, tradução nossa). Nesse sentido, apesar de ser composto por quatro variáveis (tecnologia, recursos humanos, recursos financeiros e recursos físicos), ele pode ser considerado análogo ao conceito de poder latente de Mearsheimer. Por sua vez, as capacidades militares são consideradas a “manifestação efetiva do poder nacional, pois elas representam o poder projetável que um país pode utilizar contra outros competidores, o qual, no sistema anárquico da política internacional, constitui sua primeira linha de defesa”⁸⁵ (TELLIS et al., 2000, p. xv, tradução nossa). É, portanto, análogo ao conceito de poder militar de Mearsheimer.

Já a performance nacional é o elemento ausente no modelo de Mearsheimer. Ela “objetiva capturar os mecanismos que permitem os países criar ou converter os recursos nacionais, que apresentam o poder latente, em formas tangíveis e utilizáveis de poder”⁸⁶ (TELLIS et al., 2000, p. xv, tradução nossa). É composta pela relação existente entre: i) os constrangimentos externos que emergem do sistema internacional; ii) a capacidade infraestrutural de um estado, e iii) os recursos ideacionais desse estado. Desse modo, Tellis et al. consideram que “a introdução dessa dimensão permite ao panorama capturar um elemento que a maioria das tradicionais medidas de poder não acomodam: a relação do estado, tanto com seu ambiente externo, quanto com sua própria sociedade, e as consequências para o poder nacional”⁸⁷ (TELLIS et al., 2000, p. xv, tradução nossa). Não é nosso objetivo discutir os indicadores utilizados pelos autores para definir a performance nacional, mas demonstrar a importância das instituições domésticas e da relação entre estado e sociedade para a sustentação do poder nos sistemas internacionais. Conforme sintetizam Risa Brooks (2007, p. 2, tradução nossa):

Fatores culturais e sociais, instituições política e pressões da arena internacional moldam como um estado utiliza seus recursos. Eles constituem o ambiente no qual as atividades

⁸⁴ No original: *resources a country must possess if it is to develop capabilities that enable it to produce an effective Military force.*

⁸⁵ No original: *The effective manifestation of national power because they represent the projectable power that a country can bring to bear against other competitors which, in the anarchic system of international politics, constitutes its first line of defense.*

⁸⁶ No original: *seeks to capture the mechanisms that enable countries to create or convert national resources, which represent latent power, into tangible forms of usable power.*

⁸⁷ No original: *Introducing this dimension allows the framework to capture an element that most traditional measures of power cannot accommodate: a state's relationship to both its external environment and its own society and the consequences thereof for national power capability.*

militares de um estado ocorrem: por exemplo, eles influenciam como padrões e rotinas emergem e evoluem para o planejamento estratégico e operacional, a seleção dos líderes, a aquisição de equipamentos, o treinamento dos soldados e a criação da doutrina. Ao influenciar essas atividades, a sociedade de um estado e seu ambiente internacional afetam o quão bem ele utiliza seus recursos humanos e materiais no processo de organização e preparação para guerra e, portanto, sua habilidade de criar poder militar.⁸⁸

Assumir que fatores internos às unidades importam para a sustentação do poder resulta que devemos analisar não só as capacidades dos estados em relação às outras unidades do sistema internacional, mas também em relação aos demais setores da sociedade doméstica. Cabe questionar, pois, quais são os mecanismos que permitem aos governos extraírem os recursos necessários para a criação das instituições e capacidades que lhes permitirão competir na esfera internacional. Para avançar sobre essa questão, analisaremos o processo de formação das unidades nos sistemas internacionais, a partir da definição proposta por Charles Tilly (1996). Para o autor, os estados são

aquelas organizações que aplicam coerção, distintas das famílias e dos grupos de parentesco e que em alguns aspectos exercem prioridade manifesta sobre todas as outras organizações dentro de extensos territórios. O termo abrange, portanto, as cidades-estado, os impérios, as teocracias e muitas outras formas de governo (TILLY, 1996, p. 46).

Tilly argumenta que qualquer estado deve ser capaz de executar no mínimo três atividades essenciais. Em primeiro lugar, **criar o estado**, isto é, atacar e controlar os desafiantes de seu poder dentro do seu próprio território. Em segundo lugar, **fazer a guerra**, a fim de eliminar ou neutralizar seus antagonistas fora do território. Por fim, prover **proteção**, atacando e controlando os antagonistas dos principais aliados dos governantes (TILLY, 1985; TILLY, 1996). Nesses termos, portanto, a formação de uma unidade no sistema internacional depende tanto da possibilidade de que um grupo social concentre os meios de coerção necessários para sobreviver no sistema internacional, quanto da sua capacidade de monopolizar os meios da violência organizada internamente (GIDDENS, 2001; TILLY, 1996; WONG, 1997; PALONEN, 2011). Sendo assim, a sobrevivência das unidades depende não só da capacidade sustentação de poder no sistema internacional – como demonstram Mearsheimer e Tellis et al. – mas também da

⁸⁸ No original: *Cultural and societal factors, political institutions, and pressure from the international arena all shape how a state uses its resources. They constitute the environment in which a state's military activities take place: for example, they influence how patterns and routines emerge and evolve for strategic and operational planning, selection of leaders, procurement of weapons, training of soldiers, and creation of doctrine. By influencing these activities, a state's society and its international environment affect how well it uses its material and human resources in the process of organizing and preparing for war and therefore its ability to create military power.*

possibilidade dos governantes intervirem sobre sua sociedade, mobilizando e utilizando os recursos humanos e materiais imperativos para o alcance dos seus objetivos (WONG, 1997, p. 4).

A competitividade da estrutura dos sistemas internacionais pressiona as unidades a desenvolverem capacidades, mas é a relação entre governantes e governados que habilita a consecução desse objetivo. Charles Tilly denomina essa relação de poder entre estado e sociedade como **capacidade estatal**, definida como “a extensão em que as intervenções de agentes do Estado sobre recursos não-estatais, atividades e conexões interpessoais existentes alteram a distribuição desses recursos, atividades e conexões interpessoais assim como as relações entre tais distribuições”⁸⁹ (TILLY, 2007, p. 16, tradução nossa).

As condições e habilidade do estado para extrair os recursos necessários para a execução de suas atividades essenciais – especialmente concentrar os meios internos de coerção – é elemento primordial da capacidade estatal (BRAUTIGAM; FJELDSTAD; MOORE, 2008). No entanto, a sociedade tende a resistir a essas intervenções por parte da autoridade central. Desse modo, para efetivarem seus objetivos, estado e sociedade estabelecem uma espécie de barganha mútua, no qual, em troca de recursos financeiros e humanos, os governados exigem compensações dos governantes nos mais diferentes âmbitos (TILLY, 1985, p. 183). Conforme sintetiza Miguel Angel Centeno (2002, p. 106):

A capacidade do estado de extrair recursos estará intimamente relacionada com a disposição da população de aceitar essa obrigação. Portanto, a capacidade estatal não é um fenômeno absoluto, mas sim relacional. Não é somente uma questão de força, mas também do potencial dos setores relevantes da sociedade resistirem a intrusão⁹⁰.

Como produto da interação agente-estrutura, as unidades (estados) são incentivadas pela competitividade do sistema internacional (âmbito externo) a criar instituições que lhes deem condições de garantirem o monopólio do uso da força e o controle do processo extrativo sobre sua sociedade (âmbito interno). Primordialmente, essas instituições estiveram relacionadas com o controle dos meios coercitivos para a realização das três atividades estatais essenciais, já explicadas acima: criação do estado, guerra e proteção. Com a eliminação dos desafiantes de sua autoridade no âmbito interno, os governantes passam a ser capazes de se posicionar como

⁸⁹ No original: *State capacity means the extent to which interventions of state agents in existing non-state resources, activities, and interpersonal connections alter existing distributions of those resources, activities, and interpersonal connections as well as relations among those distributions.*

⁹⁰ No original: *The capacity of a state to extract resources will be closely linked to the willingness of the population to accept these burdens. Thus, state capacity is not an absolute phenomenon, but a relational one. It is not merely a question of strength, but also of the potential of the relevant societies to resist intrusions*

garantidores da segurança de maneira contundente perante o resto da sociedade: “a tendência ao monopólio dos meios de violência faz com que a reivindicação dos governos como provedores de proteção se torne mais crível e mais difícil de se resistir”⁹¹ (TILLY, 1985, p. 172, tradução nossa).

Wong (1997) argumenta que o processo de formação dos estados envolve o estabelecimento de algum tipo de controle dos governantes sobre os governados. Tal controle pode assumir uma forma mais coerciva, a qual seria mais custosa e mais difícil de manter no longo prazo: “controle coercivo é extremamente caro, intensivo em trabalho e, às vezes, intensivo em capital, ele requer grandes exércitos e forças policiais para ser exercidos amplamente” (WONG, 1997, p. 74, tradução nossa). Por outro lado, o controle pode ser estabelecido por meio do estabelecimento de uma ordem consensual: “o controle pode ser alcançado através de atos de persuasão, como a criação de crenças na moralidade, sensibilidade, ou o desejo de certa ordem social; quando a persuasão é bem sucedida, estados ganham um meio não custoso de controle, muitas vezes chamado de legitimidade” (WONG, 1997, p. 74, tradução nossa).

As consequências das estratégias que cada autoridade política utiliza para monopolizar os meios coercitivos e extrair os recursos são incertas, pois são influenciadas por variáveis contextuais e pela criatividade humana. Conforme salientou Wong (1997), “os povos enfrentam problemas e possibilidades similares, mas as maneiras pelos quais eles são percebidos e respondidos são distintas”⁹² (WONG, 1997, p. 288). Portanto, ainda que se saiba que “arranjos institucionais afetam a habilidade dos tomadores de decisão para extrair e mobilizarem recursos da sociedade doméstica”⁹³ (TALIAFERRO; LOBELL & RIPSAN, 2009, p. 215, tradução nossa), é impossível responder de maneira determinística a questão colocada por Gilpin (1981) sobre “por que, em diferentes contextos e épocas, indivíduos e grupos acreditam que uma instituição política é mais adequada do que outra para o avanço dos seus interesses”⁹⁴ (GILPIN, 1981, p. 42, tradução nossa). Conforme sintetiza Borba (2014, p. 77):

⁹¹ No original: A tendency to monopolies the means of violence makes a government’s claim to provide protection more credible and more difficult to resist.

⁹² No original: *people face similar material problems or possibilities, but the ways in which they perceive them and respond to them are distinctive.*

⁹³ No original: *Institutional arrangements affect the ability of central decision-makers to extract or mobilize resources from domestic society.*

⁹⁴ No original: *Why, at various times and in differing contexts, individuals and groups believe one political form rather than another is best suited to advance their interests.*

Uma organização política formula objetivos e os implementa, mas tanto o grau de independência da formulação quanto o grau de efetividade da implementação não podem ser deduzidos *a priori*, mas são as questões empíricas que definem a própria existência histórico-contextual dos estados, em relação à sociedade e aos demais estados.

Apesar disso, argumentamos que a experiência histórica demonstra que as instituições estatais emergidas a partir da relação entre ambiente, governantes e governados são selecionadas pelo mecanismo da competitividade estrutural dos sistemas internacionais (GILPIN, 1981; SPRUYT, 1994; HUI, 2005; STERLING-FOLKER, 2002). Ou seja, as organizações políticas que respondem às demandas de determinado contexto histórico de maneira ineficientemente em relação aos seus rivais tendem a desaparecer. Logo, é no momento em que essa competição se acirra entre agentes organizacionalmente distintos que se definem as características das unidades predominantes em determinado sistema internacional. Nas palavras de Hendrik Spruyt (1994, p. 22, tradução nossa):

Uma mudança nas unidades constituintes do sistema só é provável que ocorra após uma ampla mudança exógena ou um choque ambiental. A composição divergente dessas alianças políticas causa a variação nos novos tipos de unidades. No longo prazo, contudo, algumas instituições irão desaparecer em função da natureza competitiva do sistema internacional. Em resumo, decorrente de uma ampla e contingente mudança no meio social, os atores decidem criar instituições que respondam aos seus interesses e a suas perspectivas ideológicas. Contudo, a viabilidade subsequente de tais instituições é constrangida pela sua competitividade relativa⁹⁵.

Nessas condições, o fenômeno da guerra adquire centralidade, pois, ao mesmo tempo em que os esforços empreendidos para realizá-lo catalisam o processo de evolução institucional, seus resultados definem as unidades que permanecerão no sistema. Hui (2005) argumenta que, “compelidos pela pressão da guerra, os governantes que desejam sobreviver, recuperar perdas ou estabelecer hegemonia deverão buscar incrementar suas capacidades militares e econômicas”⁹⁶ (HUI, 2005, p. 38, tradução nossa). Por conta disso, eles empenham-se em criar instituições que lhes permitam extrair da sociedade – por meio da coerção e/ou da formação de consenso– os recursos necessários para o uso da violência em âmbito externo. Logo, “ao mobilizar os meios da guerra, os governantes criam não só exércitos maiores, mas também uma rede de organizações

⁹⁵No original: *A change in the constitutive units of the system is only likely to occur after a broad exogenous change, or an environmental shock. Such an exogenous change will lead to political and social realignments. The divergent composition of these political alliances accounts for the variation in new institutional types. In the long run, however, some institutions will disappear given the competitive nature of the international system. In short, following a broad, contingent change in milieu, actors choose to create institutions that meet their material interests and ideological perspectives. But the subsequent viability of institutions is constrained by their relative competitiveness.*

⁹⁶No original: *Compelled by the pressure of war, rulers who wished to maintain survival, recover losses, or establish hegemony would have to strive to increase their military and economic capabilities.*

administrativas, fiscais e de policiamento”⁹⁷ (HUI, 2005, p. 38, tradução nossa). Tais organizações são moldadas não só pelos imperativos da coerção, mas também pela potencial resistência que os governados impõe à taxaço dos governantes: “o papel da taxaço na construço dos estados pode ser visto a partir de duas áreas principais: a ascensõ de um contrato social baseado na barganha sobre os impostos e o impulso à construço institucional provido imperativo dos rendimentos”⁹⁸ (BRAUTIGAM; FJELDSTAD; MOORE, 2008, p. 17, traduço nossa).

Analisar a evoluço das unidades a partir competitividade imposta pela estrutura dos sistemas internacionais posiciona a esfera coercitiva e a busca pela sobrevivência no centro de nosso modelo. Por sua vez, compreender que o âmbito doméstico influencia na criaço e sustentação de poder na arena internacional nos leva a argumentar que a interação entre governantes e governados é um mecanismo interveniente do resultado da competiço internacional e, conseqüentemente, da seleço das unidades. Por fim, assumir que os estados respondem de maneira distinta aos constrangimentos do sistema (polaridade e ambiente de interação) e às variaço contextuais (mudanças tecnológicas, demográficas e ambientais) nos permite argumentar que a seleço das unidades não pode ser predita, pois está sujeita a contingências históricas e aos resultados das decisões humanas. A Figura 4 sintetiza o argumento.

Figura 4 - Modelo do processo de evoluço das unidades



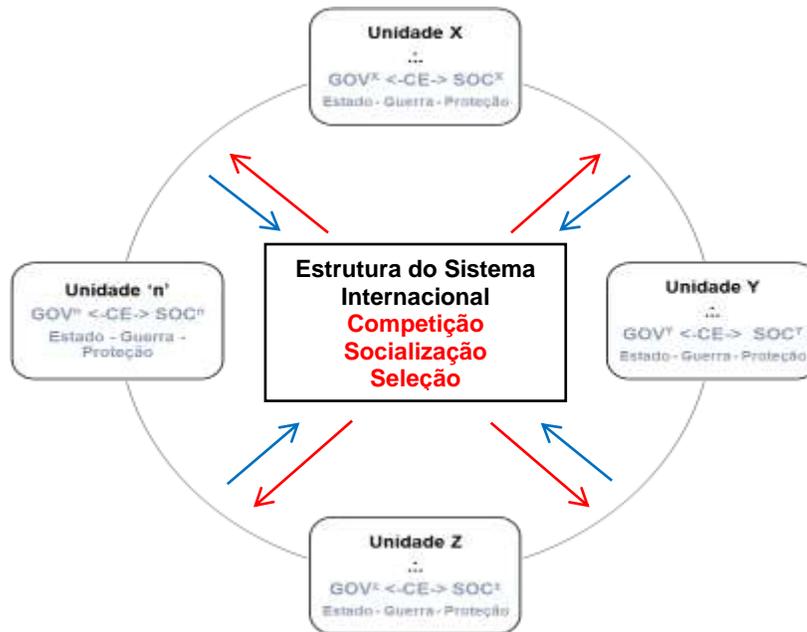
⁹⁷ No original: *In mobilizing the wherewithal of war, rulers created not just larger armies, but also a range of administrative, fiscal, and policing organizations.*

⁹⁸ No original: *The state-building role of taxation can be seen in two principal areas: the rise of a social contract based on bargaining around tax, and the institution building stimulus provided by the revenue imperative.*

Fonte: Elaborado pelo autor.

Nessas condições, podemos atualizar o modelo que representa os mecanismos evolutivos presentes entre sistema internacional (estrutura) e unidades (estados) conforme ilustra a Figura 5. As características da estrutura (competição, polaridade e balanceamento de poder) interagem e influenciam mutuamente as características das unidades, cuja forma de organização selecionada historicamente foi o Estado Moderno. Estes, alicerçados sobre a relação de troca (capacidade estatal, CE) entre governantes (GOV) e sociedade (SOC), necessária para constituir o próprio estado (suas bases fiscais, administrativas e coercitivas), fazer a guerra e prover proteção.

Figura 5 - Modelo atualizado da relação de causalidade bidirecional entre estrutura e agente nas Relações Internacionais



Fonte: Elaborado pelo autor.

Na próxima subseção, analisaremos como se deu o processo histórico de consolidação do Estado Moderno como unidade predominante no sistema internacional da Europa. Nesse

continente, a desintegração da ordem feudal iniciou uma disputa entre distintos modos de organização política. O resultado dessa competição culminou com o Estado Moderno superando as alternativas organizacionais adversárias, em função de sua maior capacidade de se adaptar às inovações tecnológicas no âmbito militar e de mobilizar e aplicar os meios coercitivos nos âmbitos internos e externos, para responder às demandas do sistema internacional e do seu ambiente doméstico.

2.2 Guerra e a Formação do Estado Moderno Europeu

A análise sobre a evolução das unidades políticas na Europa demonstra como, no caso desse continente, a competitividade do sistema interestatal formado foi fator fundamental para o processo de formação do atual Estado Moderno. “A competição permanente e agressiva por comércio e território entre os vários estados fizeram da guerra uma força propulsora na história europeia” (TILLY, 1996, p. 107). Essa condição consolidou “o típico Estado Moderno, que estivera se desenvolvendo por vários séculos, como uma área ininterrupta e territorialmente coerente, com fronteiras claramente definidas, governada por uma só autoridade soberana e de acordo com um só sistema fundamental de administração e leis” (HOBSBAWM, 2008, p. 129).

No entanto, é um erro considerar que a estabilização do Estado Moderno como unidade predominante no sistema internacional europeu se constituiu como o único e inevitável percurso histórico possível. Desde a desintegração do Império Romano do Ocidente no ano de 476 DC (McEVEDY, 1990) até a dissolução do Sacro Império Romano Germânico em 1806 e as subsequentes unificações da Alemanha e da Itália (1870-1871), organizações políticas com características extremamente distintas coexistiam “em um ambiente de concorrência direta ou indireta, cujo mecanismo de resolução última era o emprego da violência organizada” (BORBA, 2014, p. 78). Desse modo, conforme salienta Charles Tilly (1996, p. 94, grifo nosso):

Levou muito tempo para que o mapa da Europa fosse dominado pelos estados nacionais: organizações relativamente centralizadas, diferenciadas e autônomas que reclamavam prioridade no uso da força dentro de territórios amplos, contíguos e claramente circunscritos. **Em 990, nada a respeito desse mundo de feudos, senhores locais, invasores militares, aldeias fortificadas, cidades comerciantes, cidades-estado e mosteiros podia prever uma consolidação em estados nacionais.**

As unidades feudais no período medieval se caracterizavam pela “falta de unidade territorial e de padronização, dependendo dos caprichos de uma longa história de aquisições

fragmentárias, divisões e reunificações de herança de família” e por um “complexo de considerações econômicas, administrativas, ideológicas e de poder que tendem a impor um tamanho mínimo de território e população à moderna unidade de governo” (HOBSBAWM, 2008, p. 130). Na medida em que as exigências na escala de contingente e capital na realização da guerra aumentou, tais estruturas organizacionais se tornaram ineficientes em relação a estados capazes de controlar continuamente grandes extensões territoriais. Em termos puramente militares:

Exércitos medievais eram normalmente compostos de contingentes oscilantes que serviam a um senhor em troca de arrendamento. Eles se armavam com espadas curtas e lanças, Já que a guerra ocorria entre cavaleiros, o uso de formações de infantaria era largamente evitado. A logística de suprimento era contra a preservação de qualquer coisa além de bandos armados de soldados durante um determinado período de tempo (GIDDENS, 2001, p. 131).

Foi por meio de um processo não linear e extremamente violento que alguns dos governantes se tornaram bem sucedidos em controlar os meios coercitivos em uma escala adequada aos elementos contextuais da época. Conforme salienta Gilpin (1981, p. 119, tradução nossa), “a transformação nos ambientes militar e econômicos iniciaram uma luta darwiniana entre os empreendedores políticos, na qual apenas o mais forte sobreviveria”⁹⁹. Nesse contexto, a estrutura extremamente competitiva do sistema internacional europeu pressionava seus agentes a adotarem reformas em suas instituições militares e extrativas. Ademais, o aumento nas interações entre as unidades, causado pelas inovações tecnológicas e pelo incremento do intercâmbio comercial, integrava cada vez mais os destinos dos agentes. “A criação de uma economia de mercado e a revolução nos assuntos militares entre os anos 900 e 1700 transformou a escala ótima das organizações políticas”¹⁰⁰ (GILPIN, 1981, p. 118, tradução nossa). Como resultado, “quanto mais a Europa se condensava em um sistema integrado de estados, maior era a pressão sobre os centros de poder que não conseguiam responder às novidades táticas, tecnológicas e logísticas que surgem na guerra, ou à escala que esta adquire” (BORBA, 2014, p. 85). Dessa forma:

Um processo autofortalecedor teve início, o qual resultou na substituição das organizações feudais pelos Estados Modernos. Primeiro, o ressurgimento do comércio significou um grande incremento na receita taxável, provendo a criação e proteção de

⁹⁹ No original: *The transformation of the economic and military environment triggered a Darwinian struggle among political entrepreneurs in which only the strong would survive*

¹⁰⁰ No original: *The creation of a Market economy and a revolution in military affairs between 900 and 1700 transformed the optimum scale of political organizations.*

novas formas de direitos de propriedade para os comerciantes. Segundo, os novos tipos de equipamentos e de organização militar incrementaram enormemente as economias de escala e expandiram o alcance efetivo do poder militar. Essas inovações bélicas eram extremamente custosas de se financiar e estavam além dos meios disponíveis nas mãos dos senhores feudais e das monarquias tradicionais, causando, desse modo, uma crise fiscal no modo feudal de organização¹⁰¹ (GILPIN, 1981, p. 118, tradução nossa).

No contexto de desmantelamento da ordem feudal, o Estado Moderno não foi a única forma de organização política que emergiu na Europa. Distintas instituições surgiram como respostas alternativas possíveis para o sistema europeu em formação. Hendrik Spruyt (1994, p. 153) argumenta que, a partir do desmantelamento do feudalismo, apareceram as ligas de cidades, as cidades-estado e os Estados territoriais modernos. Eventualmente, o Estado Moderno adquiriu vantagens organizacionais que lhe permitiram predominar sobre seus demais competidores, ainda que por um longo período “ainda não [fosse] evidente que os estados nacionais, da forma como os conhecemos hoje, iriam tornar-se as organizações predominantes da Europa” (TILLY, 1996, p. 98). A constituição de organizações burocráticas tanto no seio das Forças Armadas, quanto no âmbito da administração interna, desempenhou papel essencial nesse sentido (WEBER, 1982).

Apesar das cidades-estado que emergiram na península italiana terem demonstrado que “mesmo pequenos territórios podem se tornar enormes recipientes de poder ao perseguir unicamente a acumulação de riquezas em vez da aquisição de súditos e territórios”¹⁰² (ARRIGHI, 2010, p. 40, tradução nossa), seus limites territoriais restringiram seu potencial de mobilização de recursos de capital, necessário para a formação do poderio militar¹⁰³. De acordo com Giovanni Arrighi, “a autoexpansão dos gastos militares era estreitamente limitada pelas perdas permanentes de demanda efetiva em relação a outras jurisdições, custos inflacionários, e outros efeitos redistributivos que diminuía a disposição do estrato capitalista a ser taxado com esse propósito”¹⁰⁴ (ARRIGHI, 2010, p. 39, tradução nossa). Ademais, ainda que externamente as

¹⁰¹ No original: *A self-reinforcing process took place that led to the displacement of feudal organization by the modern nation-state. First, the revival of trade meant a vast increase in taxable revenue provided that new forms of property rights for traders could be created and also protected. Second, the new types of military weaponry and organization greatly increased the economies of scale and expanded the effective range of military power; these military innovations were extremely costly to finance and were beyond the means of most feudal lords and traditional resources of the king, thus causing a fiscal crisis for the feudal mode of social organization*

¹⁰² No original: *even small territories could become huge containers of power by pursuing onesidedly the accumulation of riches rather than the acquisition of territories and subjects.*

¹⁰³ Para uma análise detalhada da importância das cidades-estado italianas na formação do sistema capitalista europeu, ver Arrighi (2009). Para uma avaliação das desvantagens relativas das cidades-estado em relação às demais unidades formadas após o fim do feudalismo, ver Spruyt (1994).

¹⁰⁴No original: *the “self-expansion” of military expenditures was strictly limited by permanent leakages of effective demand to other jurisdictions, by cost inflation, and by other redistributive effects of ever-increasing military expenditures which drove down the willingness of capitalist strata to tax themselves or be taxed for the purpose*

fronteiras das cidades-estado fossem delimitadas, internamente havia a ausência de uma autoridade central. A parca autoridade existente era extremamente ambígua e frequentemente contestada. No longo prazo, tal fato freou a capacidade dessas organizações de racionalizarem suas estruturas burocráticas e mobilizarem os meios de coerção na mesma medida em que os Estados Modernos foram capazes (SPRUYT, 1994, p. 173).

Por sua vez, as ligas de cidades foram incapazes de estabelecer uma autoridade interna, haja vista que eram constituídas por cidades que mantinham alto grau de autonomia e não se dispunham a cedê-la. “Pela sua natureza de confederação, o *locus* das decisões finais era ambíguo. As ligas não só eram descontínuas, elas careciam totalmente de fronteiras. Elas eram funcionais, mas não territorialmente integradas para a defesa mútua das suas liberdades e interesses comerciais”¹⁰⁵ (SPRUYT, 1994, p. 153, tradução nossa). Desse modo, os estados que foram capazes de estabelecer uma única autoridade sobre uma área territorial contínua e suficientemente extensa para garantir a extração de recursos adquiriram vantagens competitivas sobre as demais unidades. Conforme sintetiza Hendrik Spruyt (1994, p. 154, tradução nossa, grifo nosso):

Das três alternativas sincrônicas, apenas uma sobreviveu. Na metade do século XVII, a liga de cidades não mais se mostrava um competidor viável ao estado soberano. A Liga Hanseática basicamente acabou em 1667, quando a última dieta foi convocada. E, apesar do declínio das cidades-estado ter-se provado menos dramático, elas também foram gradualmente deixadas de lado¹⁰⁶.

Sendo assim, o Estado Moderno foi capaz de garantir de maneira mais eficiente o acesso ao capital e instrumentalizá-lo para a produção da guerra e o provimento de proteção em larga escala. Estados como Grã Bretanha, França e posteriormente Prússia “combinaram fontes substanciais de capital doméstico com relações proprietário-cultivador suscetíveis de facilitar a criação de força armada maciça. A sua maior capacidade de sustentar os exércitos com os seus próprios recursos acabou por fazê-los predominar sobre outros tipos de estado” (TILLY, 1996, p. 268). Ademais, “os Estados assumiram o controle do dinheiro, colocaram o seu aparato jurídico a serviço da garantia de seus valores, e um sistema nacional de crédito e débito foi estabelecido”

¹⁰⁵ No original: *Because of its confederated nature, its locus of final decision making was ambiguous. The leagues were not only noncontiguous, they lacked borders altogether. They were functionally but not territorial integrated for mutual defense of liberty and commercial interests.*

¹⁰⁶ No original: *From these three synchronic alternatives, only one survived. By the middle of the seventeenth century, the city-league no longer proved to be a viable competitor to the sovereign state. The Hanseatic League basically ended in 1667, when the last diet convened. And although the decline of the city-states proved to be less dramatic, they, too, gradually fell by the wayside.*

(GIDDENS, 2001, p. 140). Tais medidas reforçaram e foram reforçadas pelos esforços de criação de capacidades que permitissem o controle da violência organizada (WONG, 1997, p. 84). Esses empreendimentos resultaram em resíduos institucionais que moldaram as características das unidades do sistema europeu. Nas palavras de Tilly (1985, p. 181, tradução nossa, grifo nosso):

Cada uma das formas de se usar a violência produziu formas características de organização. **Fazer a guerra criou exércitos, marinhas e serviços de suporte. Fazer o Estado produziu instrumentos duráveis de vigilância e controle dentro do território. A proteção** contou com os meios de se organizar a guerra e fazer o estado, mas também adicionou ao seu aparato mecanismos pelos quais os governados exigiam a proteção de seus protetores, **notadamente através das cortes e das assembleias representativas. Extração criou estruturas fiscais e contábeis.** Portanto, a organização a implementação da violência são responsáveis por muitas das características estruturais dos estados europeus¹⁰⁷.

Portanto, o diferencial do Estado Moderno foi sua capacidade de criar instituições que combinassem, em um território delimitado, a concentração dos meios coercitivos em uma autoridade central e a acumulação de capital (BUZAN; LITTLE, p. 246). A interação entre os recursos providos pelos capitalistas e as demandas dos governantes por esses recursos envolveu um complexo mecanismo de barganha, que resultou em distintas características na trajetória de cada estado europeu. Como lembra Tilly: “variações na dificuldade da coleta de impostos, no tipo de força armada adotada, na quantia de guerra necessária para afastar competidores e assim por diante, resultou nas principais variações das formas dos Estados europeus”¹⁰⁸ (TILLY, 1985, p. 172, tradução nossa).

Tilly identifica três trajetórias distintas que os Estados europeus perseguiram que refletem a desigualdade espacial na distribuição de coerção e capital (TILLY, 1996, p. 119). Em um extremo, nas áreas predominantemente agrícolas e de poucas cidades (Rússia e Hungria), os governantes utilizavam intensivamente os meios de coerção para extrair de maneira direta os recursos que precisavam (**estratégia intensiva em coerção**). Nesse caso, o mecanismo de barganha foi menos atuante. Em seu lugar, foram criadas robustas estruturas burocráticas que

¹⁰⁷ No original: *Each of the major uses of violence produced characteristic forms of organization. War making yielded armies, navies, and supporting services. State making produced durable instruments of surveillance and control within the territory. Protection relied on the organization of war making and state making but added to it an apparatus by which the protected called forth the protection that was their due, notably through courts and representative assemblies. Extraction brought fiscal and accounting structures into being. The organization and deployment of violence themselves account for much of the characteristic structure of European states*

¹⁰⁸ No original: *Variations in the difficulty of collecting taxes, in the expense of the particular kind of armed force adopted, in the amount of war making required to hold off competitors, and so on resulted in the principal variations in the forms of European states.*

sujeitaram o campesinato, cooptaram os proprietários rurais e o clero e sufocaram a classe burguesa (TILLY, 1996, p. 268).

No outro extremo, encontram-se as áreas de muitas cidades e com predominância comercial (Veneza e Países Baixos), nas quais a presença de uma poderosa classe mercante estabelecia “sérios limites ao exercício direto, por parte do estado, de controle dos indivíduos e das famílias, mas facilitavam a aplicação de taxas relativamente eficientes e indolores sobre o comércio” (TILLY, 1996, p. 161). Desse modo, os governantes possuíam a sua disposição grandes quantidades de crédito sem que houvesse a necessidade de intervirem diretamente na sociedade (**estratégia intensiva em capital**). Logo, “como essa forma de cobrança exigia um aparato fiscal mais simples, essa trajetória engendrou estados com menos peso administrativo e menos capilarização territorial do que seus contemporâneos que dependiam, sobretudo, da coerção” (BORBA, 2014, p. 101).

Por sua vez, em uma posição intermediária, se localizam os estados que utilizaram estratégias balanceadas de **coerção capitalizada** (Inglaterra, França e Prússia). Nessas regiões, os governantes estabeleceram instituições que “contaram com a aquiescência tanto dos proprietários de terras quanto dos mercadores, extraíram rendas da terra e do comércio e criaram, assim, estruturas duais de estado em que os nobres enfrentavam os financistas, mas no final acabavam colaborando com eles” (TILLY, 1996, p. 161). Esse maior equilíbrio garantiu uma menor dependência dos aspectos coercitivos na atividade extrativa em relação aos estados que adotaram estratégias de coerção intensiva, ao mesmo tempo em que resultou em uma maior capacidade estatal de penetração na sociedade em relação aos estados que adotaram estratégias intensivas em capital. Desse modo,

Do século XVII em diante, os estados formados por **coerção capitalizada** começam a despontar por sua capacidade de preparar a guerra em larga escala e permanecer na vanguarda tecnológica e doutrinária. O pioneiro foi o estado francês consolidado pelos cardeais, seguido pela Inglaterra no século XVIII e da Prússia no século XIX. **O sucesso desses estados atraiu, por competição e por emulação, os demais e pressionou pela redução da heterogeneidade do sistema, contribuindo para a convergência, a partir do século XIX, nos moldes dos estados nacionais** (BORBA, 2014, p. 102, grifo nosso).

Além disso, os Estados europeus que sobreviveram tiveram que realizar continuamente concessões para garantir a legitimidade de suas ações perante os governados. Por conta disso, o mecanismo de barganha entre estado-sociedade acabou por resultar em: i) uma ampliação no provimento estatal de serviços públicos para a população; ii) um incremento da participação de

setores da sociedade no processo de formação dos quadros governamentais e das políticas públicas e iii) uma regulação e delimitação jurídica da intervenção estatal na sociedade. Desse modo, “o estado cresceu, mas com fronteiras delineadas mais precisamente ao longo do tempo” (WONG, 1997, p. 87, tradução nossa)¹⁰⁹.

Nessas condições, a evolução das atividades realizadas pelo Estado Moderno nos leva a argumentar que o conceito de capacidade estatal se amplia para além da dimensão securitária/extrativa e passa a incorporar questões relacionadas ao estabelecimento do consenso interno, por meio da distribuição da riqueza nacional e do provimento de bem-estar para a população. Evidencia-se, portanto, que além de se constituir como uma unidade no sistema internacional, o Estado, apesar de possuir autonomia relativa, também é moldado pelas disputas de interesses entre indivíduos e as classes sociais que o compõe. Nesse sentido, sua atuação interna e externa é permeada não só pelas dinâmicas de poder, mas também pelo conteúdo normativo das estratégias estabelecidas pelos grupos dominantes. Charles Tilly sintetiza a forma como o mecanismo de barganha ocorreu na Europa:

Por volta do século XIX, a maioria dos estados europeus haviam internalizado tanto a força armada quanto os mecanismos fiscais; reduziram, assim, as funções governamentais dos arrematantes de impostos, dos contratantes militares e de outros agentes independentes. Seus governantes, então, continuaram a negociar com os capitalistas e outras classes o crédito, as rendas, a mão-de-obra e os meios de guerra. A negociação, por seu turno, criou novas exigências ao estado: pensões, pagamentos aos pobres educação pública, planejamento urbano e muito mais. No processo, os estados, em vez de ampliarem as máquinas de guerra, passaram a criar organizações de múltiplas finalidades. **Seus esforços para controlar a coerção e o capital prosseguiram, mas juntamente com uma ampla variedade de atividades de regulamentação, compensação, distribuição e proteção** (TILLY, 1996, p. 107, grifo nosso).

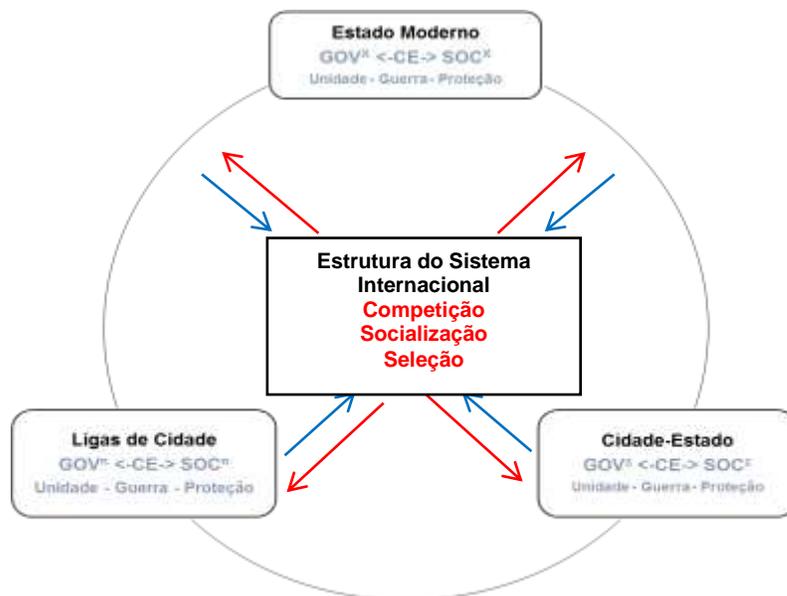
Portanto, percebemos que “o que destacou a Europa do resto do mundo durante o último milênio foi uma complexa dialética entre o poder do capital e o poder da coerção, que, não intencionalmente, fez surgir o Estado Moderno”¹¹⁰ (BUZAN; LITTLE, p. 246, tradução nossa). Ademais, “os avanços em tecnologia militar favoreceram decididamente aqueles Estados que podiam, por quaisquer meios, não apenas mobilizar grandes contingentes, mas treiná-los e empregá-los de forma regularizada” (GIDDENS, 2001, p. 133). Como resultado, os Estados adquiriram vantagens competitivas sobre as demais organizações políticas que emergiram no fim da Idade Média, as quais, ou foram incorporadas a um estado territorial, ou emularam algumas

¹⁰⁹ No original: the state grew, but with boundaries drawn more precisely over time.

¹¹⁰ No original: *What set Europe apart from the rest of the world during the last millennium was a complex dialectic between the power of capital and the power of coercion, which unintentionally gave rise to the modern state*

das características dos Estados Modernos. A Figura 6 apresenta o modelo de causalidade bidirecional entre estrutura e agente para o caso específico de construção e institucionalização do Estado Moderno Europeu.

Figura 6 - Modelo da relação de causalidade bidirecional entre estrutura e agente na constituição do Estado Moderno europeu



Fonte: elaboração própria.

Na próxima subseção analisaremos como o Estado Moderno que emergiu na Europa se tornou a unidade dominante em âmbito global. Desse modo, analisaremos como a expansão global do sistema internacional europeu no final do século XIX e as transformações estruturais ocorridas no início do século XX impactaram na trajetória de formação dos Estados nas demais regiões do planeta.

2.3 A consolidação e a expansão global do Estado Moderno

No final do século XIX, a competição internacional entre unidades distintas havia resultado na consolidação do Estado Moderno como organização política predominante no

continente europeu. Tanto pelo conflito, quanto pela adoção de reformas, as cidades-estado, as ligas de cidades e os impérios se adaptaram ou foram eliminados do novo sistema internacional europeu. De acordo com Hobsbawm (2008), a Revolução Francesa e o fim das Guerras Napoleônicas puseram fim à Idade Média no âmbito da geopolítica. Sobreviventes da era feudal, (como o Sagrado Império Romano, as repúblicas de Gênova e Veneza, os principados episcopais e as cidade alemãs livres) haviam desaparecido ou estavam agora reduzidos a números inexpressivos (HOBSBAWM, 2008, p. 130).

De mesmo modo, a derrota de Napoleão marcou o estabelecimento de um sistema internacional europeu fundamentado na hegemonia britânica na esfera naval e na institucionalização da balança de poder como base das interações entre os Estados no âmbito continental (GILPIN, 1981; GIDDENS, 2001)¹¹¹. Tal conjugação de fatores permitiu que “os cem anos que se seguiram a 1815 fossem um período no qual um equilíbrio de poder bem-sucedido foi mantido na Europa, cujos distúrbios foram, na maior parte, contidos pela diplomacia” (GIDDENS, 2001, p. 272). Além disso, permitiu que se mantivesse o *status quo*, impedindo o surgimento de uma unidade política capaz de dominar e unificar o continente sobre sua autoridade. Conforme salienta Gilpin (1981, p. 135, tradução nossa):

Os acordos e as negociações alcançadas no Congresso de Viena podem ser divididas em duas partes. Primeiro, a redistribuição dos territórios no continente europeu freou as ambições da Rússia no leste e as da França no oeste. Segundo, as conquistas ultramarinas dos países continentais foram reduzidas, e a Grã-Bretanha adquiriu um número importante de bases estratégicas no exterior. Como consequência, as quatro maiores potências no continente se mantiveram contidas pelas suas próprias rivalidades e pela Inglaterra, a qual, não possuindo nenhum interesse direto no continente, pode executar o papel de balanceadora e mediadora¹¹².

Nesse contexto, o século XIX foi marcado pela ascensão do capitalismo industrial e por uma série de inovações tecnológicas no campo dos transportes e das comunicações, que ampliaram a intensidade das interações entre as unidades em âmbito global (GILPIN, 1981; GIDDENS, 2001, TILLY, 1996; BUZAN; LITTLE, 2000; HOBSBAWM, 2009b). Entre 1850 e

¹¹¹ De fato, Gilpin (1981, p. 136) considera que emergiram dois subsistemas ao final das Guerras Napoleônicas. Fora da Europa, um sistema governado pela governança britânica, fundamentada sobre seu poderio naval. No continente, um sistema preservado parcialmente pela Inglaterra como balanceadora, mas principalmente pela distribuição de poder entre as potências.

¹¹² No original: *The territorial settlement reached at the Congress of Vienna and the related negotiations may be divided into two parts. First, the redistribution of territory on the continent of Europe checked the ambitions of Russia in the east and France in the west. Second, the overseas conquests of the continental powers were reduced and Great Britain acquired a number of important strategic bases abroad. As a consequence, the four major powers on the continent were kept in check by their own rivalries and by Britain, which, having no direct interests at stake on the continent, could play a balancing and mediating role*

1870, o comércio mundial cresceu 260%, e somente as exportações britânicas para as regiões mais remotas do mundo haviam sido multiplicadas por 6 entre 1848 e 1875 (HOBSBAWM, 2009b, p. 67-90). Na década de 1880, as vias férreas já estavam presentes em todos os continentes e seu total já havia aumentado de 4,5 para 228,5 milhares de milhas em quarenta anos (HOBSBAWM, 2009b, p. 95). Do mesmo modo, a utilização do ferro e do aço em vez da madeira para a fabricação dos navios e a substituição da vela pelo motor a vapor representaram um aumento tanto na velocidade, quanto na capacidade de carga do transporte marítimo (BUZAN; LITTLE, 2000, p. 281)¹¹³. Ademais, a criação do telégrafo automático e a instalação de cabos submarinos intercontinentais aumentaram a agilidade e o fluxo de comunicação e dispersão da informação em escala global: “em 1872, era possível telegrafar de Londres para Tóquio e Adelaide” (HOSBAWM, 2009b, p. 103). No âmbito militar, “a comunicação eletrônica abriu possibilidades de coordenação das forças militares, aumentando grandemente a extensão da zona de guerra” (GIDDENS, 2001, p. 248). São tais fatos levam Eric Hosbawm (2009b) a considerar que:

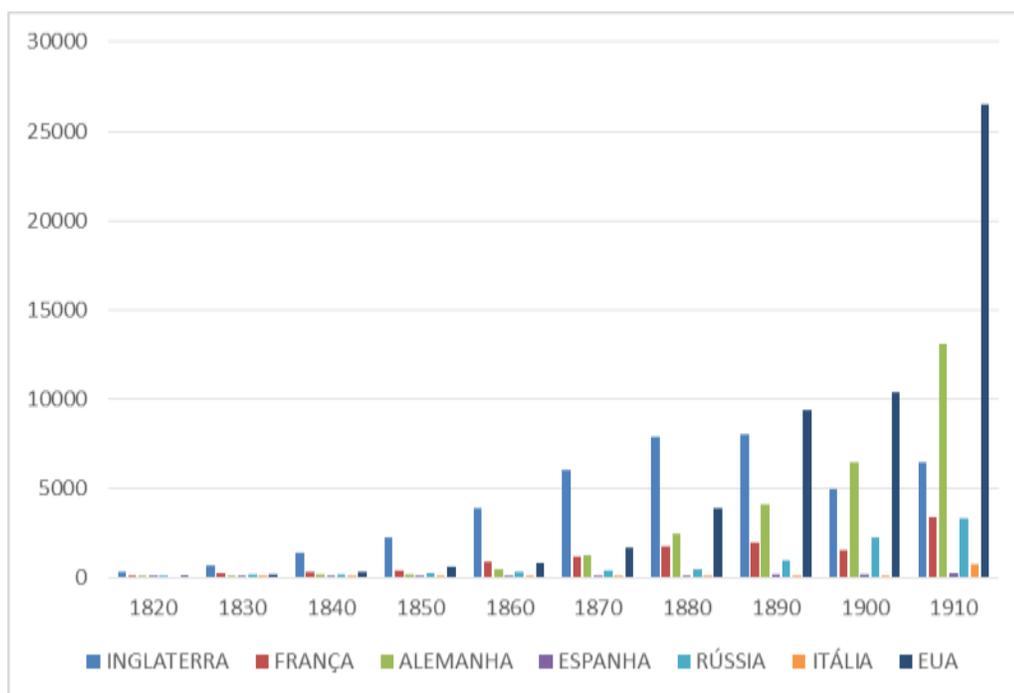
O fato maior do século XIX é a criação de uma economia global única, que atinge progressivamente as mais remotas paragens do mundo, uma rede cada vez mais densa de transações econômicas, comunicação e movimentos de bens, dinheiro e pessoas ligando os países desenvolvidos entre si e ao mundo não desenvolvido [...]. Nessa época, o capitalismo industrial tornou-se uma genuína economia mundial e o globo havia se transformado, dali em diante, de uma expressão geográfica em uma constante realidade operacional. **A História, doravante, passava a ser História Mundial**” (HOBSBAWN, 2009b, p. 85-106, grifo nosso).

Além de ampliar a intensidade das interações estratégicas entre as organizações políticas em nível global, as inovações tecnológicas intensificadas ao longo do século XIX tornaram a capacidade de sustentação do esforço militar cada vez mais dependente da força industrial do país. Não apenas a produção dos equipamentos utilizados em combate, mas também os aspectos logísticos como os meios de transporte de tropas e de suprimentos, a produção dos uniformes e as cadeias de comando e controle foram impactados pelo processo que Anthony Giddens (2001) denominou como *industrialização da guerra*. Foi nesse período que: “se tornou amplamente aceito que a força militar estimulava a mobilização de uma economia industrial como um todo, não apenas a colocação de armamentos nos campos de batalha” (GIDDENS, 2001, p. 280).

¹¹³ De acordo com Buzan e Little (2000, p. 281), por volta de 1860, apenas 9,8% da tonelagem transportada era realizada por navios que utilizavam motor a vapor. Por outro lado, em 1913, apenas 53 anos depois, 97% da tonelagem transportada já utilizava a nova tecnologia.

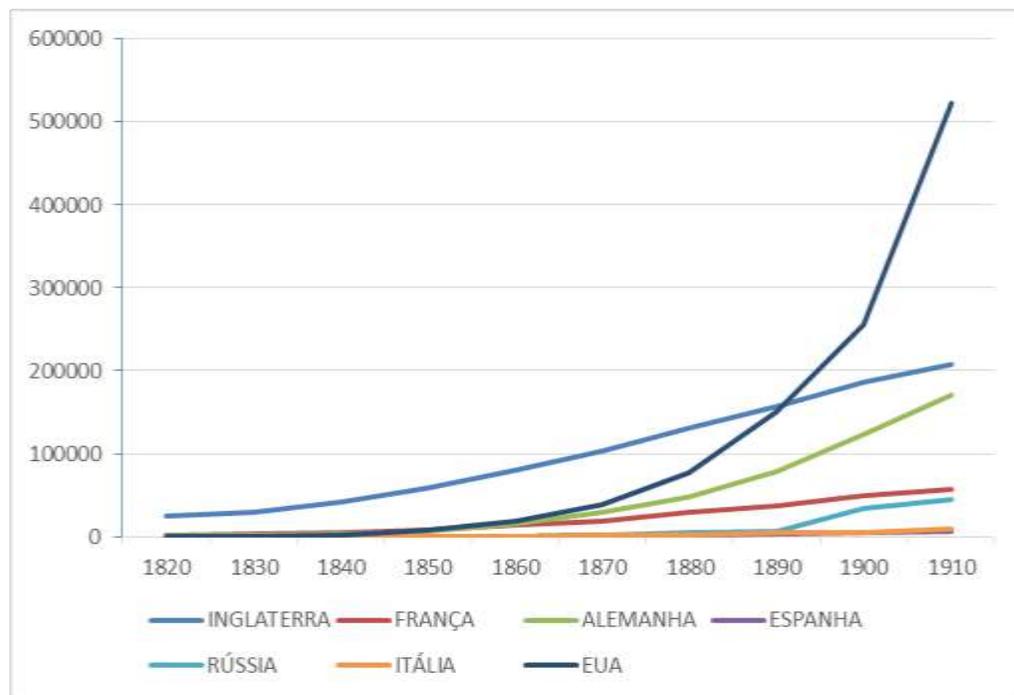
Desse modo, a indústria se tornou o setor líder da inovação tecnológica e passou a garantir a superioridade econômica e militar para quem lhe dominasse (TELLIS et al., 2000, p. 37). Conforme demonstram os Gráficos 1 e 2, abaixo, enquanto houve países que foram capazes de adaptar suas matrizes energéticas e suas economias às exigências da era industrial, como Estado Unidos, Inglaterra e Alemanha, outros (como Espanha e Itália) não foram tão bem sucedidos nesse processo. A performance desses países durante a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais – nas quais, os dois últimos foram coadjuvantes e os três primeiros, ao lado da Rússia, foram os protagonistas, sustentando grandes campanhas militares – demonstra esse fato.

Gráfico 1 - Produção de ferro e aço entre 1820 e 1910 (por mil toneladas)



Fonte: Correlates of War, 2014. Elaborado pelo autor.

Gráfico 2 - Consumo de energia primária entre 1820 e 1910 (por toneladas de carvão)



Fonte: Correlates of War, 2014. Elaborado pelo autor.

As consequências do processo simultâneo de consolidação do Estado Moderno e do capitalismo industrial na Europa e nos Estados Unidos, assim como da intensificação das interações em nível global, foram determinantes para a formação do sistema internacional atual. Buzan e Little argumentam que as “forças estruturais resultantes do aumento da interação começaram a operar mais fortemente, aumentando as pressões externas tanto sobre o comportamento das unidades, quanto sobre sua organização interna”¹¹⁴ (BUZAN; LITTLE, 2000, p. 300, tradução nossa). Nesse contexto, tendo em vista que o equilíbrio de poder no continente europeu freava qualquer tentativa de expansão territorial, e assumindo que, “na medida em que o poder de um estado aumenta, ele busca expandir seu controle territorial, sua influência política e sua dominação da economia internacional”¹¹⁵ (GILPIN, 1981, p. 106, tradução nossa), os Estados europeus consolidados ampliaram suas atenções para o resto do mundo.

¹¹⁴ No original: *This means that structural forces generated by increasing interaction began to operate more powerfully, increasing the external pressures on both how units behave, and how they organize themselves internally.*

¹¹⁵ No original: *as the power of a state increases, it seeks to extend its territorial control, its political influence and/or its domination of the international economy*

Enquanto as novas tecnologias impulsionavam um período de grande expansão econômica na Europa e na América do Norte (HOSBAWM, 2009b), elas ampliavam o hiato de poder entre as unidades desses continentes e as organizações políticas dos demais. Nesse contexto, “o mundo se tornou capitalista e uma minoria significativa de países **desenvolvidos** transformou-se em economias industriais” (HOSBAWM, 2009a, p. 60, grifo no original). Tal fato, “ocorreu junto com uma aceleração da inovação tecnológica em armamentos, tornada possível pelo industrialismo e estimulada pelo capitalismo, o que permitiu aos poderes europeus um domínio virtualmente sem obstáculos do resto do mundo” (GIDDENS, 2001, p. 272).

A partir desse momento, “a Europa lançou-se em um ciclo de autorreforço no qual suas organizações militares mantinham-se e foram sustentadas pela expansão econômica e política às expensas de outros povos e de políticas mundiais” (MCNEIL, 1983 *apud*, GIDDENS, 2001, p. 240). “Entre 1876 e 1915 cerca de um quarto da superfície continental do globo foi distribuído ou redistribuído, como colônia, entre meia dúzia de Estados” (HOSBAWM, 2009b, p. 101). Tal fato resultou em um sistema internacional ambíguo, no qual “impérios com Estados Modernos em seus centros constituíam a unidade dominante”¹¹⁶ (BUZAN; LITTLE, 2000, p. 264, tradução nossa). Conforme salientou Giovanni Arrighi (2010, p. 42, tradução nossa):

A intensificação e a expansão global da disputa europeia por poder se alimentaram e, assim, engendraram um ciclo vicioso/virtuoso – vicioso para as vítimas, virtuoso para os beneficiários – de uso cada vez maior de recursos e de sofisticadas e caras técnicas de *state* e *war-making*, implantadas na disputa de poder. Técnicas que haviam sido desenvolvidas durante os conflitos na Europa estavam sendo utilizadas para subjugar territórios e comunidades fora do continente, e a riqueza e o poder originários da subjugação dos territórios e comunidades extraeuropeus eram utilizados nos conflitos dentro do continente” (ARRIGHI, 2010, p. 42, tradução nossa)¹¹⁷.

No entanto, o acirramento das rivalidades dentro da Europa desestabilizou o equilíbrio de poder que havia garantido a ausência de guerras centrais no continente desde a derrota de Napoleão. A Primeira (1914-1918) e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), além da Grande Depressão de 1929, desestabilizaram as bases de sustentação dos impérios europeus. Ademais, tais acontecimentos demonstraram para os povos colonizados que “os brancos e seus Estados

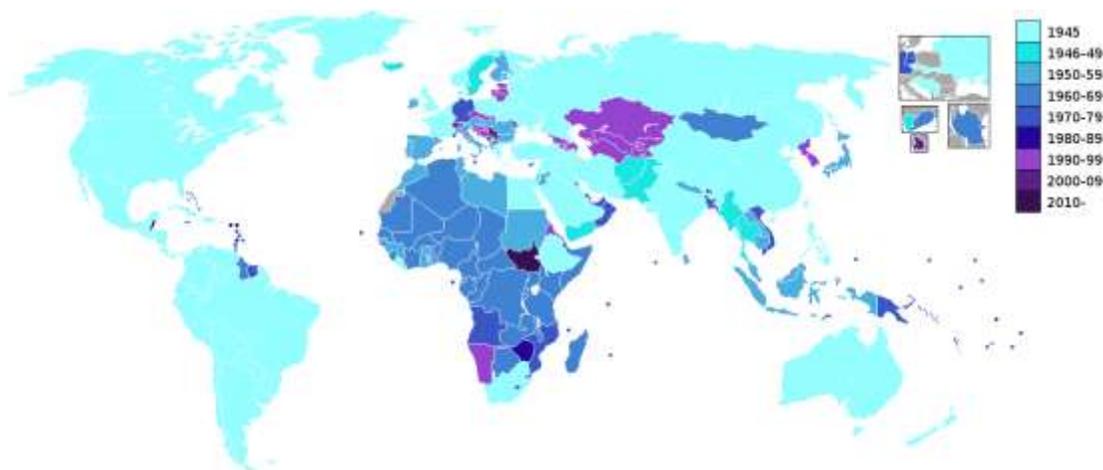
¹¹⁶ No original: Empires with modern states at their core were the dominant unit.

¹¹⁷ No original: *The intensification and global expansion of the European power struggle fed on one another and thereby engendered a vicious/virtuous circle – vicious for its victims, virtuous for its beneficiaries – of more and more massive resources and of increasingly sophisticated and costly techniques of state- and war-making deployed in the power struggle. Techniques which had been developed in the struggle within Europe were deployed to subjugate extra-European territories and communities; and the wealth and power originating from the subjugation of extra-European territories and communities were deployed in the struggle within Europe.*

podiam ser derrotados, total e vergonhosamente, e que as velhas potências coloniais encontravam-se fracas demais, mesmo após uma guerra vitoriosa para restaurar suas antigas posições” (HOSBAWM, 2013, p. 214). Por fim, a emergência dos Estados Unidos e da União Soviética como os dois principais polos de poder no sistema e a criação de instituições globais de governança – a Liga das Nações em 1919 e a Organização das Nações Unidas (ONU) em 1945 – moldaram a estrutura e o ambiente de interação do sistema internacional global emergente.

Assim, a decadência dos impérios europeus iniciou um processo de descolonização, que resultou na consolidação do Estado Moderno como a unidade política predominante em todos os continentes. Como demonstra o mapa da Figura 7, no ano de sua criação, a ONU contava com 51 Estados membros; atualmente, a organização possui 193 (UN, 2014). Na Ásia o número de Estados quintuplicou, e na África, enquanto em 1939 havia apenas um, atualmente existem 53 (HOSBAWM, 2013, p. 337). Nesse sentido, em contraposição ao que ocorreu na Europa, o processo de formação dessas novas organizações políticas se deu em um momento no qual “os efeitos estruturais do sistema se tornaram mais fortes, moldando as unidades e alterando a balança de forças do âmbito interno para o externo na determinação de seu desenvolvimento”¹¹⁸ (BUZAN; LITTLE, 2000, p. 331). Ou seja, a socialização derivada da estrutura do sistema internacional adquiriu papel central para o surgimento desses Estados.

Figura 6 - Evolução do número de Estados membros na ONU desde 1945



Fonte: UN, 2014.

¹¹⁸No original: *System structural effects became stronger, shoving and shaping the units, and shifting the balance of the forces determining their development from inside to outside*

Se, por um lado, o reconhecimento global “do Estado nação como o árbitro legítimo de seus próprios assuntos internos” (GIDDENS, 2001, p. 272) fez convergir as características formais dos agentes no sistema internacional atual, por outro, “tais organizações formalmente semelhantes de modo nenhum funcionam da mesma maneira (TILLY, 1996, p. 277). Desse modo, ainda que a estrutura do sistema internacional tenha homogeneizado um modelo institucional de organização política entre as unidades, os diferentes processos de construção do Estado fez com que a distinção política mais importante entre os países se referisse “não à sua forma de governo, mas ao seu grau de governo” (HUNTINGTON, 1975, p. 13).

Conforme a análise da formação do Estado Moderno europeu demonstrou, a delimitação das fronteiras e o estabelecimento de instituições domésticas surgiram nesse continente a partir da competição entre os pretensos governantes e do processo de barganha entre governantes e governados. Portanto, a extensão territorial dos Estados na Europa reflete a amplitude da capacidade de controle da violência que seus *state-makers* alcançaram. Por sua vez, as unidades surgidas nos processos de descolonização tiveram seus caminhos de desenvolvimento institucional delimitados menos pelas suas dinâmicas sociais específicas do que pelos modelos impostos pelo ambiente internacional. Desse modo, “a única base para os Estados independentes do século XX eram os territórios nos quais a conquista e a rivalidade imperial os havia dividido, em geral sem qualquer respeito às estruturas locais” (HOBSBAWM, 2013, p. 206). Conforme salienta Charles Tilly (1996, p. 261):

Alguns pactos entre estados poderosos reduziram cada vez mais os limites dentro dos quais podia ocorrer algum tipo de luta nacional pelo poder. E foi isso feito através da imposição de acordos de paz internacionais, da organização das colônias, da difusão de modelos padronizados de exércitos, burocracias e outros elementos do aparelho estatal, da criação de organizações internacionais encarregadas de estender o sistema de estado, da garantia coletiva de fronteiras nacionais e de intervenção para manter a ordem doméstica. Esse estreitamento restringiu os caminhos alternativos de formação do estado.

Tal constatação não significa assumir o surgimento um determinismo estrutural sobre o processo de formação das unidades. “A existência de um sistema mundial, influenciando o desenvolvimento dos Estados em particular, não implica a existência de uma dinâmica única dominando o seus desenvolvimentos ou que o **todo**, de alguma forma, tenha primazia sobre as “partes” (GIDDENS, 2001, p. 290, grifo no original). Mas, sim, demonstra que as pressões estruturais e contextuais constrangeram as trajetórias que os governantes dos países que passaram

por processos de descolonização perseguiram e continuam perseguindo para consolidar as unidades políticas. Ademais, conforme nos lembra Jeffrey Herbst (2000), as instituições de governança global se tornaram uma poderosa força na convergência organizacional das unidades.

As Nações Unidas e suas organizações relacionadas (incluindo o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, a UNICEF e a Organização Mundial da Saúde) criaram um modelo extraordinariamente poderoso que molda a sociedade internacional **ao reconhecer somente Estados-nação como atores legítimos da comunidade internacional**. Em particular, a filiação à Assembleia Geral, o portão fundamental para a soberania, estava aberto para qualquer Estado-nação que ganhasse independência, mas não estava disponível para mais nenhuma forma de organização (HERBST, 2000, p. 100 tradução nossa, grifo nosso)¹¹⁹

De mesmo modo, na medida em que o reconhecimento internacional passou a garantir a existência jurídica dos Estados, o fenômeno da guerra perdeu força como mecanismo selecionador das unidades no sistema. Tal situação se torna evidente no caso africano, pois conforme expõe Castellano (2011, p. 29), o estabelecimento das fronteiras foi resultado mais da cooperação do que da competição interestatal. p. , Ou seja, a delimitação territorial dos estados na África reflete menos a real capacidade estatal dos governos, do que os arranjos institucionais estabelecidos artificialmente por acordos internacionais. Nas palavras de Robert Jackson e Rosberg Carl (1982), “nenhum Estado africano foi dividido como resultado de guerra interna. Em outras palavras, as sérias fraquezas empíricas e vulnerabilidades de alguns Estados africanos não ocasionou alterações jurisdicionais” (JACKSON; ROSBERG, 1982, p. 1, tradução nossa)¹²⁰.

De maneira semelhante, a relação entre guerra e construção institucional não foi positiva nos processos de construção dos estados na América Latina e na África Subsaariana. Em ambos os continentes, a delimitação artificial das fronteiras herdadas dos respectivos períodos coloniais e a fraqueza das autoridades centrais tornaram as ameaças internas mais proeminentes que as externas (AYOUB, 1991; HERBST, 2000; CENTENO, 2002). Desse modo, os frágeis governos formados nos períodos pós-independência não se sentiam tão pressionados pela competitividade estrutural a desenvolverem instituições voltadas à mobilização dos recursos domésticos e à sustentação de poder no âmbito internacional como forma de sobrevivência. Além disso, a

¹¹⁹No original: *The United Nations and its related organizations (including the World Bank, the International Monetary Fund, UNICEF and the World Health Organization) created an extraordinarily powerful template that molded international society by recognizing only nation-states as legitimate actors in the international community. In particular, membership in the General Assembly, the essential gateway to sovereignty, was open to any nation-state that gained independence but was not available to any other form of organization.*

¹²⁰No original: *No African state has been divided as a result of internal warfare. In other words, the serious empirical weaknesses and vulnerabilities of some African states have not led to enforced jurisdictional change.*

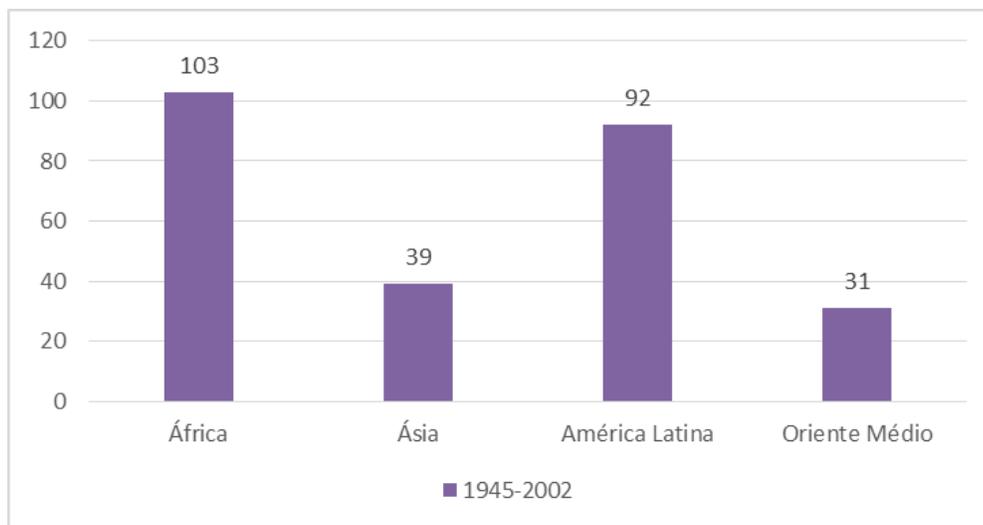
possibilidade de captação de empréstimos externos e de venda de *commodities* no mercado internacional se constituiu como alternativas menos custosas do que a taxação doméstica de mobilização de capital e permitiram “aos Estados a luxúria de não entrar em conflito com os setores sociais que possuíam os recursos” (CENTENO, 2002, p. 28, tradução nossa)¹²¹. Ou seja, “de vez que os seus estados produziam rendas com a venda de mercadorias no mercado internacional, compravam armas no ultramar e recebiam ajuda militar das grandes potências, as forças armadas já não precisavam contar com a tributação e recrutamento autorizadas pelos governos civis” (TILLY, 1996, p. 283).

Logo, não só o resíduo institucional em termos de capacidade estatal deixados pelas guerras foi baixo, como também o mecanismo de barganha entre governantes e governados no processo de desenvolvimento institucional foi menor em função da mais baixa dependência do governo em relação aos recursos da sociedade. O resultado dessa dinâmica foram Estados menos dispostos e capazes de penetrar em áreas distantes dos centros urbanos e, como demonstra o Gráfico 3, com um menor consenso social acerca da legitimidade dos seus governantes de fato (TILLY, 1992; HERBST, 2000; CENTENO, 2002). Conforme sintetiza Centeno (2002, p. 106, tradução nossa), “as guerras apenas servem como oportunidade para as organizações políticas que são capazes de capitalizar a partir delas; elas não criam instituições do ar”.

Gráfico 3 - Golpes de estado bem sucedidos entre 1945-2002¹²²

¹²¹No original: *Allowed the state the luxury of not coming into conflict with those social sectors that possessed the required resources.*

¹²² As causas específicas de um caso de golpe de estado em um país envolvem dinâmicas históricas externas e internas impossíveis de serem generalizadas. Portanto, o que se argumenta aqui é que a tendência à ocorrência de golpes desse tipo nas regiões analisadas se relaciona com a forma com que os mecanismos da guerra e da barganha entre governantes e governados atuaram nos processos de construção do Estado.

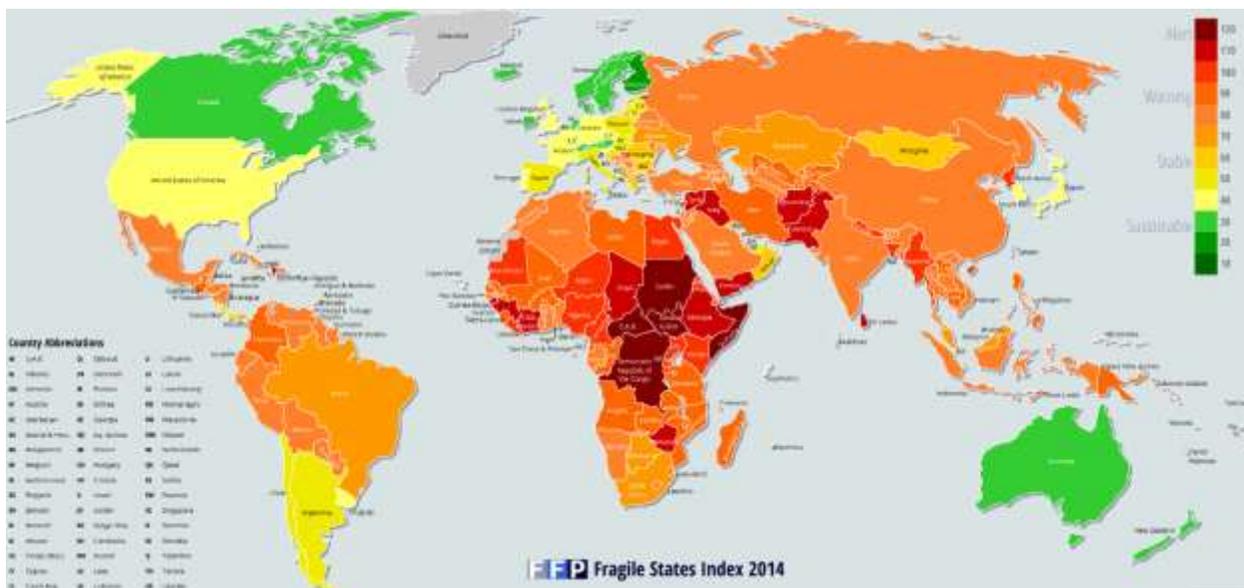


Fonte: Szirmai, 2005. Elaborado pelo Autor.

Por fim, o mapa da Figura 9 representa o resultado do estudo qualitativo elaborado para a consecução do denominado Índice de Fragilidade Estatal, produzido pela organização não governamental *The Fund for Peace* (FFP). A partir da agregação de doze categorias de indicadores¹²³, os Estados são classificados em um ranking de vulnerabilidade, que varia desde o ponto mais alto de vulnerabilidade (120 pontos) até o de maior sustentabilidade (0 ponto). Ainda que haja exceções, a análise aponta – a existência de uma concentração de Estados mais vulneráveis na América do Sul, África e Oriente Médio, regiões em que a guerra e a competição interestatal por território possuíram um peso menor no processo de delimitação das fronteiras e criação institucional.

Figura 7 - Índice de Fragilidade Estatal

¹²³ Assim como qualquer pesquisa empírica dessa magnitude, alguns dos indicadores utilizados no trabalho podem ter sua validade contestada. No entanto, consideramos que o mapa nos fornece um panorama comparativo adequado para uma avaliação dos diferentes graus de consolidação estatal em âmbito global. As doze categorias nas quais os indicadores estão divididos são: 1) pressão demográfica, 2) deslocamento populacional, 3) desenvolvimento econômico desigual, 4) intolerância entre grupos, 5) fuga de cérebros, 6) pobreza e declínio econômico, 7) legitimidade estatal, 8) serviços públicos, 9) direitos humanos, 10) instituições de segurança, 11) fracionamento das elites e 14) intervenção externa. Para uma análise dos indicadores que compõe cada categoria e da metodologia utilizada no processo de agregação dos dados, ver FFP (2014).



Fonte: FFP, 2014.

Ainda que o processo de construção de Estado em cada país seja função de um percurso histórico específico, argumentamos que as condições contextuais e estruturais do sistema internacional constroem as trajetórias possíveis de consolidação das unidades. Desse modo, é contraproducente esperar que as mesmas etapas experimentadas na construção do Estado Moderno europeu sejam replicadas nos demais continentes. A própria existência de um sistema de Estados em expansão na Europa foi fator determinante para que isso não ocorresse. A imposição de modelos institucionais e os mecanismos de governança internacional impede que a seleção das organizações políticas ocorra por meio da competição. Neste capítulo buscamos demonstrar que, apesar da competição inerente à estrutura do sistema internacional incentivar os agentes a construírem instituições que garantam a mobilização e aplicação da coerção no âmbito externo, essa relação é intermediada pelo formato das interações entre as unidades e pelo mecanismo de barganha entre governante e governados. Assim, as unidades dos sistemas internacionais se transformam a partir das respostas dos agentes às pressões estruturais e contextuais de cada época.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho demonstrou-se a possibilidade de tratar a interação entre agente e estrutura no âmbito das Relações Internacionais a partir de uma abordagem centrada no caráter competitivo da política internacional. Além disso, ao compreendermos a dinamicidade do processo evolucionário dos sistemas internacionais, salientou-se a irrelevância tanto do dilema teórico acerca da priorização do nível agencial sobre o estrutural (ou vice-versa), quanto da controvérsia analítica acerca de qual seria o princípio ordenador dos sistemas internacionais: anarquia ou hierarquia. Com isso, argumentamos que a estrutura e os agentes dos sistemas internacionais interagem através de uma relação causal bidirecional, na qual ambos influenciam-se mutuamente em seu processo evolutivo.

Buscamos ressaltar a validade da identificação de mecanismos causais como ferramenta epistemológica para se analisar processos históricos de evolução de sistemas complexos, como são os sistemas internacionais. Tendo em vista as especificidades empíricas de cada caso, o elevado número de variáveis envolvidas nas dinâmicas sociais, a imprevisibilidade no comportamento humano e a unidirecionalidade da flecha do tempo, torna-se contraproducente a tentativa de estabelecimento de leis teóricas gerais sobre o desenvolvimento histórico. Isso porque, “todos os padrões gerais de organizações sociais e de mudança social são compostos de resultados contingentes, intencionais e não intencionais; todas as sequências de acontecimentos que podem ser descritos em um veio narrativo de um aspecto ou outro expressam mais influências abrangentes” (GIDDENS, 2001, p. 252). Desse modo, os mecanismos causais, por não se pretenderem nomológicos, constituem-se como um instrumento eficaz para extrairmos lições teóricas a partir de experiências histórica específicas. Conforme ressaltou Jonh Elster (1994, p. 24, grifo no original):

As leis, por sua natureza, são gerais e não sofrem exceções. Não se pode ter uma lei para o efeito de que **se *p*, em qual algumas vezes *q***. Os mecanismos, por contraste, não têm pretensões à generalidade. Quando identificamos um mecanismo através do qual *p* leva a *q*, o conhecimento progrediu porque acrescentamos um novo item a nosso repertório de modos pelos quais as coisas acontecem.

Sendo assim, no Capítulo 1 deste trabalho, buscamos analisar como as características da estrutura dos sistemas internacionais estão sujeitas a alterações em função do resultado das

interações estratégicas entre os seus agentes. Em primeiro lugar, demonstrou-se a importância do conceito de estrutura para as teorias de Relações Internacionais a partir da abordagem teórica do Realismo Estrutural, inaugurada por Kenneth Waltz, e de seus críticos construtivistas e neoliberais. Avaliou-se que, apesar da teoria waltziana apresentar um mapa conceitual consistente para avaliarmos os constrangimentos estruturais sobre as unidades, ela percebe como extremamente difícil alterações nas características da estrutura, pois rebaixa a importância dos agentes no seu processo de formação. Por sua vez, os autores construtivistas e neoliberais consideram que as unidades possuem certa autonomia para moldar seu ambiente de interação. Os construtivistas consideram que a estrutura pode ser alterada a partir de processos intersubjetivos de interação e formação de identidades entre os atores do sistema. Já os neoliberais defendem que as unidades podem mitigar os efeitos estruturais por meio da criação de regimes e instituições internacionais. Com base nessas considerações, argumentamos, então, a necessidade de se avaliar a importância dos agentes no processo de evolução da estrutura dos sistemas internacionais - como fazem o construtivismo e o neoliberalismo - a partir de uma perspectiva realista que sustente a centralidade da esfera coercitiva e do caráter conflitivo da política internacional.

Em segundo lugar, com base na análise histórico-comparativa realizada por Wohlforth, Little e Kaufmann (2007), constatou-se um equilíbrio entre a emergência do princípio da anarquia com o da hierarquia como característica estrutural dos sistemas internacionais. Desse modo, verificamos que tanto a formação do equilíbrio de poder, quanto de configurações hegemônicas são tendências possíveis na política internacional. Em seguida, com base na obra de Victoria Tin-Bor Hui (2005), argumentamos que essa dinâmica pode ser compreendida se concebermos os sistemas internacionais como ambientes nos quais concorrem a lógica do balanceamento e a lógica da dominação. A **lógica do balanceamento** seria composta por dois mecanismos causais que dificultariam a dominação: a formação de balanças de poder e os aumentos nos custos de expansão. A **lógica da dominação**, por sua vez, poderia superar a lógica de balanceamento por meio dos mecanismos de reformas fortalecedoras e estratégias de contrabalanceamento e, desse modo, poderiam ser estabelecidos sistemas internacionais hierárquicos. Logo, ao percebermos a política internacional como a interação entre mecanismos e estratégias de balanceamento (lógica do balanceamento) com mecanismos e estratégias de dominação (lógica da dominação), ressaltamos a necessidade de uma abordagem que integrasse agentes e estruturas no processo da evolução dos sistemas internacionais.

Por fim, demonstramos, a partir da teoria da mudança internacional de Robert Gilpin (1981), como os sistemas internacionais estariam em um constante processo dinâmico de oscilação entre o equilíbrio e o desequilíbrio. O equilíbrio ocorreria no momento em que houvesse convergência entre a distribuição de capacidades materiais e a percepção dos demais estados acerca da habilidade e da disposição do estado mais forte exercer esse poder. Por sua vez, o desequilíbrio sistêmico ocorreria no momento em que se desse uma discrepância entre a polaridade e os estados que estão sendo beneficiados pelo modo como as interações são reguladas. Nesse momento, ocorreria a tendência do surgimento de unidades revisionistas, as quais desafiariam os estados dominantes ao demandar alterações na ordem internacional vigente. A amplitude da mudança internacional seria função das medidas necessárias para que houvesse um retorno ao equilíbrio. Nesse contexto, têm lugar as guerras hegemônicas entre a unidade ascendente e a declinante - mecanismo central a definir o direcionamento da evolução dos sistemas internacionais, ainda que o autor considere possível um retorno ao equilíbrio de maneira pacífica através de acomodações e concessões.

No Capítulo 2 analisamos como a estrutura, as variações contextuais e as relações entre governantes e governados impactam no processo de formação das unidades constituintes dos sistemas internacionais. Inicialmente, demonstrou-se teoricamente que o caráter competitivo inerente à política internacional atua como mecanismo incentivador para que as unidades desenvolvam instituições domésticas que lhes permitam a criação e sustentação de poder militar. Tais esforços envolvem um mecanismo de barganha entre as autoridades políticas (que exigem recursos dos governados para eliminarem os desafiantes internos e se defenderem de inimigos externos) e a sociedade (que demanda algum tipo de compensação em troca). É o resultado dessa interação que molda as características primordiais das organizações políticas. Uma vez constituídas, a interação e a socialização entre as unidades com características organizacionais distintas resultará em um mecanismo de seleção da mais eficiente e, portanto, na homogeneização dos agentes no sistema.

Em segundo lugar, avaliou-se o processo de formação e consolidação do Estado Moderno como unidade predominante no sistema internacional da Europa. Nesse continente, o processo de desintegração da ordem feudal resultou no surgimento de distintas organizações políticas, nomeadamente, as cidades-estado, as ligas de cidades e os Estados Modernos. Por ter sido capaz de se adaptar mais eficientemente às demandas das inovações em tecnologia militar da

época, o Estado Moderno adquiriu vantagens competitivas em relação aos seus competidores, o que lhe permitiu tornar-se, gradualmente, a unidade principal do sistema europeu. Nesse contexto, assim como Charles Tilly (1996), ressaltamos que tal processo não foi inevitável, mas.

A grande contingência da formação do estado europeu, na verdade do triunfo final do estado nacional sobre as outras formas de organização política. Somente a grande expansão das guerras internacionais, no século XVI, em escala e gastos, proporcionou aos estados nacionais uma vantagem definitiva sobre os impérios, as cidades-estado e as federações que predominaram na Europa até essa época (TILLY, 1992, p. 311).

Por último, foi analisado como a estrutura do sistema global formada a partir da expansão imperial dos Estados europeus no final do século XIX e as alterações na polaridade e nas instituições de governança internacional decorrentes das duas guerras hegemônicas da primeira metade do século XX passaram a constranger as trajetórias de formação do Estado Moderno no resto do mundo. Fundamentalmente, o reconhecimento internacional das fronteiras artificiais estabelecidas durante os períodos coloniais, a possibilidade de mobilização de capital a partir de recursos originados no exterior e as pressões exercidas pelas instituições de governança reduziram o papel dos mecanismos da competição e da seleção como determinantes para a consolidação das unidades. Desse modo, a estrutura do sistema internacional tornou viável a existência de Estados incapazes não só de realizarem políticas públicas que alcancem todo o território, mas de até mesmo exercerem o monopólio da violência organizada.

A análise realizada nesse trabalho sugere que: 1) a estrutura dos sistemas internacionais não é predeterminada e, portanto, está sujeita a alterações derivadas do resultado das interações estratégica entre as unidades. 2) As unidades dos sistemas internacionais se transformam a partir das alternativas institucionais desenvolvidas pelas organizações políticas para mobilização e sustentação de poder para competir na política internacional. Assim, argumentamos que os sistemas internacionais possuem uma ontologia semelhante a de sistemas complexos, os quais, ainda que seja impossível determinar os resultados dos processos que ocorrem em seu interior podem ser moldados e direcionados através da ação consciente dos agentes. Ou seja:

Os sistemas complexos do mundo precisam ter suas características identificadas, discutidas e usadas como um panorama para o desenvolvimento de uma grande estratégia. Provavelmente, a característica mais importante desses sistemas, é a de que eles não podem ser controlados – no máximo influenciados. Ainda assim, sistemas complexos só podem ser influenciados se compreendidos intimamente (RONIS, 2013, p.5, tradução livre)¹²⁴.

¹²⁴ No original: *The complex systems of the world need to have their characteristics identified, discussed, and used as a framework for the development of grand strategy. Probably the most important characteristic is that complex*

Portanto, avaliamos que, ao demonstrar a potencialidade teórica da questão agente e estrutura nas Relações Internacionais a partir de uma perspectiva realista, esse trabalho contribui para a consolidação de uma agenda de pesquisa que trate dos processos históricos de mudança internacional. Assim sendo, ressalta-se a necessidade de estudos de caso e pesquisas histórico-comparativas sobre a evolução de distintos sistemas internacionais que considerem os fatores estruturais como, simultaneamente, variáveis independentes e dependentes do comportamento das unidades. Em outras palavras, se por um lado a competitividade estrutural constrange, incentiva e seleciona os agentes, por outro ela possui suas características transformadas pelo resultado das interações estratégicas entre os atores.

Ademais, indica-se a importância de análises comparativas sobre a evolução de diferentes tipos de organizações políticas, o que ampliaria nosso conhecimento acerca de distintas estratégias de construção institucional, assim como sobre quais seriam os fatores que levam os agentes a escolherem determinadas trajetórias estratégicas. Por fim, ressalta-se a necessidade de pesquisas que tratem do impacto da inovação tecnológica no processo de evolução dos sistemas internacional. Por exemplo, indica-se avaliar como o advento das armas nucleares e o processo de digitalização interfere no papel da guerra como mecanismo central da dinâmica do sistema.

REFERÊNCIAS

- AYOUB, M. The Security Problematic of the Third World. **World Politics**, v. 43, n. 02, p. 257–283, doi:10.2307/2010473, 1999.
- ARCHER, M. **Structure, Agency and the Internal Conversation**. London: Cambridge University Press, 2003.
- ARRIGHI, G. **The Long Twentieth Century: Money, Power and Origins of Our Time**. London: Verso, 2010.
- BERTOL, F. **Comparação de Inventários Militares: Desafios Conceituais e Proposta Metodológica**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Departamento de Economia e Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- BHASKAR, R. **A Realist Theory of Science**. New York: Routledge, 2008.
- BOOT, Max. The Paradox of Military Technology. **The New Atlantis**, p. 13-31, Fall 2006.
- BORBA, P. **Sociologia Histórica como Teoria Política: A formação dos estados modernos na Europa e na América Latina**. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro 2014.
- BOULDING, K. E. **Conflict and Defense: A General Theory**. New York: Harper and Brothers, 1962.
- BROOKS, L. The Impact of Culture, Society, Institutions, and International Forces on Military Effectiveness. Em: BROOKS, L & STANLEY, E. **Creating Military Powers: the sources of military effectiveness**. Stanford: Stanford University Press, 2007.
- BUZAN, B.; JONES., C; LITTLE, R. **The Logic of Anarchy: neorealism to structural realism**. New York: Columbia University Press, 1993.
- BUZAN, B; LITTLE, R. **International Systems in World History: remaking the study of international relations**. New York: Oxford University Press, 2000.
- CASTELLANO, I. **Guerra e construção do Estado na República Democrática do Congo : a definição militar do conflito como pré-condição para a paz**. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- CENTENO, M. A. **War and the Nation-State in Latin America**. 1. ed. University Park: The Pennsylvania State University Press, 2002.
- CEPIK, M. Segurança Internacional: Da Ordem Internacional aos Desafios para a América do Sul e para a CELAC. In: ECHANDI, I.; SORIA, A. (Org.). **Desafíos estratégicos Del regionalismo contemporáneo: CELAC e Iberoamérica**. 1 ed. San Jose: FLACSO, 2013, p. 307-324.
- CEPIK, M; SCHNEIDER, L. Kenneth Waltz. In: VILLA, et al. (org). **Os Clássicos das Relações Internacionais**. São Paulo: HUCITEC, v. 01, p. 84-109, 2010.
- Correlates of War. **The Correlates of War Material Capabilities Database**. Correlates of War, 2014. Disponível em: <http://www.correlatesofwar.org/>. Acesso em: 23 out. 2014.
- DELANTY, G. e ISIN, E. EDS. **Handbook of Historical Sociology**. London: Sage Publication, 2003.

- DINIZ, E. **Política Internacional: Guia de Estudos das Abordagens Realistas e da Balança de Poder**. Belo Horizonte: Editora Pucminas, 2007. v. 1. 147 p.
- DINIZ, E. **Relacionamentos Multilaterais na Unipolaridade: Uma Discussão Teórica Realista**. **Contexto Internacional**, v. 28, p. 505-565, 2006.
- ELMAN, C. e ELMAN, M. EDS. **Progress in International Relations Theory: Appraising the Field**. Cambridge: MIT Press, 2003.
- DUYVESTYEN, I. **Clausewitz and African War: Politics and Strategy in Liberia and Somalia**. London: Frank Cass, 2005.
- ELSTER, J. **Peças e Engrenagens nas Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Relume-Dumara, 1994.
- FFP. **Fragile States Index 2014**. New York: The Fund for Peace, 2014. Disponível em: <http://library.fundforpeace.org/library/cfsir1423-fragilestatesindex2014-06d.pdf>
- GIDDENS, A. **O Estado-Nação e a Violência: Segundo Volume de uma Crítica Contemporânea ao Materialismo Histórico**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.
- GILPIN, R. **War and Change in World Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.
- HALL, P. A. e TAYLOR, R. C. R. As três versões do neo-institucionalismo. **Lua Nova**, v. 58, 2003.
- HERBST, J. **States and Power in Africa: comparative lessons in authority and control**. New Jersey: Princeton University Press, 2000.
- HOBSON, J. **The State and International Relations**. New York: Cambridge University Press, 2000.
- HOBDEN, S e HOBSON, J (eds). **Historical Sociology of International Relations**. New York: Cambridge University Press, 2002.
- HOBBSBAWM, E. **A Era das Revoluções:1789-1848**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- HOBBSBAWM, E. **A Era do Capital: 1848-1875**. São Paulo: Paz e Terra, 2009a.
- HOBBSBAWM, E. **A Era dos Impérios: 1875-1914**. São Paulo: Paz e Terra, 2009b.
- HOBBSBAWM, E. **A Era dos Extremos: O breve século XX 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- HUI, Victoria Tin-bor. **War and state formation in ancient China and early modern Europe**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- HYDEN, G. **African Politics in Comparative Perspective**. 1. ed. New York: Cambridge University Press, 2006.
- JACKSON, R.; ROSBERG, C. Why Africa's Weak States Persist: The Empirical and the Juridical in Statehood. **World Politics**, v. 35, n. 1, p. 1-24, 1982.
- JACCARD, J & JACOBY, J. **Theory Construction and Model-Building Skills. A Practical Guide for Social Scientists**. New York: The Guilford Press, 2009.
- JERVIS, R. **System Effects: complexity in political and social life**. New Jersey: Princeton University Press, 1997.
- WOHLFORTH, W.; KAUFMAN, S.; LITTLE, R. **The Balance of Power in World History**. New York, NY: Palgrave Macmillan, 2007.

- KRASNER, S. Structural Causes and Regime Consequences: Regimes as Intervening Variables, **International Organization**, v. 36, n. 2, p. 185-205, Spring 1982.
- KEOHANE, R; MARTIN, L. The Promise of Institutional Theory. **International Security**, v.20, nº1, p. 39-51, 1995.
- KEOHANE, R. EDS. **Neorealism and its Critics**. New York: Columbia University Press, 1986.
- LAYNE, C. This Time is Real: the end of the unipolarity and the pax americana. **International Studies Quarterly**, n.56, p.203-215, 2012.
- TALIAFERRO, J.; LOBELL, S; RIPSAN, N. **Neoclassical Realism, the State, and Foreign Policy**. New York: Cambridge University Press, 2009.
- MCEVEDY, C. **Atlas da História Medieval**. São Paulo: Verbo, 1990.
- MEARSHEIMER, J. The False Promise of International Institutions. **International Studies**, v.19, nº3, p. 5-49, 1996.
- MEARSHEIMER, J. **The Tragedy of Great Power Politics**. New York, Norton, 2001.
- MOORE, B. **As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia: sehores e camponeses na construção do mundo moderno**. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- OLIVEIRA, N. Entre Cila e Caríbdis: O realismo social de Margaret Archer. **Sociologia, Problemas e Práticas**, nº 65, p. 119-139, 2011.
- PALONEN, K. The State as a Chance Concept: Max Webers's de-substantialisation and neutralisation of the concept. **Max Weber Studies**, v. 1, p. 99-117, 2011.
- PEÑIN, M, L. **El Programa de Investigación Realista ante los Nuevos Retos Internacionales del Siglo XXI**. Itxaropena: Universidad del País Vasco, 2009.
- PIERSON, P. **Politics in Time: history, institutions and social analysis**. New Jersey: Princeton University Press, 2004.
- PEREZ, C. A New Approach to doing Military Ethics. Em: Em: SOETERS, J; SHIELDS, P & RIETJENS, S (eds). **Routledge Handbook of Research Methods in Military Studies**. New York: Routledge, 2014.
- POSEN, B. (2003). Command of the Commons: The Military Foundation of U.S. Hegemony. **International Security**. Vol. 28, Nº 1. **MIT Press Journals**, p. 5-46, 2003.
- RODRIGUEZ, J. **Os Efeitos de Limitadas Capacidades Materiais na Política Externa de Potências Intermediárias do Sistema Internacional – O Caso do Brasil -**. Tese de Doutorado, Universidade de Lisboa, 2013.
- RUGGIE, J.G. Continuity and Transformation in the World Polity: Toward a Neorealist Synthesis. **World Politics**, v. 35, n. 2, p. 261-285, 1983.
- SCHWELLER, R. L. e PRIESS, D. A. Tale of Two Realisms: Expanding the Institutions Debate. **Mershon International Studies Review**, n. 41, p. 1-32, 1997.
- SKOCPOL, T. **States and Social Revolutions: a comparative analysis of France, Russia and China**. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.
- VENNESON, P & WIESNER, K. Process Tracing in Case Studies. Em: SOETERS, J; SHIELDS, P & RIETJENS, S (eds). **Routledge Handbook of Research Methods in Military Studies**. New York: Routledge, 2014.
- SPRUYT, H. **The Sovereign State and Its Competitors**. New Jersey: Princeton University Press, 1994.

- STERLING-FOLKER, J. Realism and the Constructivist Challenge: Rejecting, Reconstructing, or Rereading. **International Studies Review**, v. 4, n. 1. p. 73-97, 2002.
- STEIN, A. A. Coordination and Collaboration: Regimes in An Anarchic World. **International Organization**, Cambridge (MA), v. 36, n. 2, p. 299-324, Spring, 1982.
- SZIRMAI, A. **The Dynamics of Socio-Economic Development**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- TELLIS, A et al. **Measuring National Power in The Postindustrial Age**. Rand Corporation, 2000.
- TILLY, C. **As Sociology Meets History**. New York: Academic Press, 1981.
- TILLY, C. **Big Structures, Large Process, Huge Comparison**. Michigan: Russel Sage Foundation, 1983.
- TILLY, C. **Coerção, capital e estados europeus**. São Paulo: EDUSP, 1996.
- TILLY, C. **Democracy**. New York: Cambridge University Press, 2007
- HAY, Colin. Political Ontology. In: TILLY, C.; GOODIN, R. (Eds.). **Oxford Handbook of Contextual Analysis**. 1. ed. New York: Oxford University Press, 2006.
- TILLY, Charles. War making and state making as organized crime. Em EVANS, Peter; RUESCHEMEYER, Dietrich & SKOCPOL, Theda (org.) **Bringing the state back in**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- UN. **United Nations State Members**. Disponível em: <http://www.un.org/en/members/index.shtml>. 2014.
- VU, T. Studying the State through State Formation. **World Politics**, v. 62, n. 01, p. 148, doi:10.1017/S0043887109990244, 2009.
- WALTZ, K. **Theory of International Politics**. Reading, Mass.: Addison-Wesley Publishing Company, 1979.
- WALTZ, K. Reductionist and Systemic Theories. Em: KEOHANE, R. (Eds). **Neorealism and its Critics**. New York: Columbia University Press, 1986
- WALTZ, K. Evaluating Theories. **The American Political Science Review**, v. 91, n, 04. p. 913-917, 1997.
- WALTZ, K. **O Homem o estado e a guerra: uma análise teórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- WALTZ, K. **Realism and International Politics**. New York: Routledge, 2009.
- M, McDONALD. Construtivism. Em: WILLIAMS, P (Ed). **Security Studies**. New York, Routledge, 2008.
- WOHLFORTH, W. How not to evaluate theories. **International Studies Quarterly**, v. 56, n. 1, p. 219-222, 2012.
- WEBB, K. The Continued Importance of Geographic Distance and Boulding's Loss of Strength Gradient. In : **Comparative Strategy**, Vol. 26, Nº 4, 2007, pp. 295-310.
- WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos S.A., 1982, 5ª ed.
- WENDT, A. E. The agent-structure problem in international relations theory. **International Organization**, v. 41, n.3, p. 335-370, 1987.

WENDT, A. Anarchy is What States Make of It: the social construction of power politics. **International Organization**, v.46, n.2, p.391-425.

WONG, R. Bin. **China Transformed**. New York: Cornell University Press, 1997.

ZHENG, R & FENG, L. The Typologies of Realism. **Chinese Journal of International Politics**, v.1 109-134, 2006.